

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CF MATHEUS DE ATHAIDES FIRMINO

A COMPETIÇÃO DAS GRANDES POTÊNCIAS NA ÁFRICA E SUA MILITARIZAÇÃO:

os possíveis reflexos para a Marinha do Brasil.

Rio de Janeiro

2021

CF MATHEUS DE ATHAIDES FIRMINO

A COMPETIÇÃO DAS GRANDES POTÊNCIAS NA ÁFRICA E SUA MILITARIZAÇÃO:
os possíveis reflexos para a Marinha do Brasil.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval,
como requisito parcial para a conclusão do Curso
de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Alexandre Tito dos
Santos Xavier

Escola de Guerra Naval

Rio de Janeiro

2021

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sua misericórdia e piedade, por ter iluminado meu caminho durante toda minha caminhada e por ter me dado saúde e força para superar as adversidades.

Aos meus pais e avós, pela oportunidade de vir ao mundo e terem proporcionado a base do meu caráter.

À minha amada esposa Fabiana Carvalho Motta de Athaides Firmino pelo incondicional amor, apoio e paciência nos momentos mais difíceis durante o corrente ano de dedicação acadêmica exclusiva.

À Escola de Guerra Naval, pela direção segura, corpo docente e administração que proporcionaram com fidalguia o ambiente necessário para que eu pudesse descortinar um futuro melhor e mais confiante para os desafios acadêmicos e intelectuais.

Aos meus amigos do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores do ano de 2021, agradeço a experiência do agradável e respeitoso convívio testemunhado ao longo do ano.

Ao meu orientador CMG (RM1) Alexandre Tito dos Santos Xavier pelas orientações adequadas, ensinamentos, motivação e paciência durante a elaboração da minha pesquisa.

Em suma, a todos que de alguma maneira fizeram parte desse período de dedicação exclusiva, o meu muito obrigado.

RESUMO

Grande parte do continente africano é pouco conhecida e sua importância mal compreendida. A maioria dos atores internacionais conhece pouco a África e geralmente a vê como um lugar negativo; um cesto; uma área de guerra, doenças, fome, ignorância, dívida, corrupção, má gestão e ditadura. Por outro lado existem diversos atores que reconhecem a importância da África e a cobiçam por isso, criando uma espécie de disputa por influência e poder para poderem se aproveitar do que esse rico continente tem a oferecer. Desse modo, o objetivo do trabalho foi analisar a importância geopolítica da África e a disputa existente entorno do que ela tem a oferecer e, se essa disputa de interesses pelo continente africano pode trazer reflexos para a Marinha do Brasil. Foi realizada uma pesquisa extensa em diversas fontes tais como sites da internet, livros, Boletins Geocorrentes da Escola de Guerra Naval e publicações de alto nível do Governo Federal e da Marinha do Brasil, referente ao período entre os anos de 2001-2021. Nossa pesquisa divide-se em exploratória, descritiva e explicativa. Para cumprir tal objetivo oferecemos inicialmente bases teóricas sobre a teoria realista das relações internacionais e a Teoria do Poder Marítimo de Mahan além de uma breve contextualização histórica para melhor nos situarmos. Após introdução do primeiro capítulo e base teórica do segundo capítulo, analisamos no terceiro capítulo a importância econômica, geopolítica e oceanopolítica que fazem da África objeto de cobiça mundial. No quarto capítulo vimos as principais presenças estrangeiras no continente africano, bem como de outros atores não estatais como os organismos internacionais e, no quinto capítulo fizemos uma breve análise sobre a relação da Marinha do Brasil com o Atlântico Sul, os países africanos limítrofes e as principais ameaças sob a ótica da Marinha do Brasil, como a pirataria e a pesca ilegal. Concluímos então nosso estudo com as observações atinentes aos possíveis reflexos da disputa internacional no continente africano e os possíveis reflexos para a MB, atendendo ao propósito da pesquisa.

Palavras-chave: África. Atlântico Sul. Consciência Situacional Marítima. Entorno Estratégico Brasileiro. Geopolítica. Oceanopolítica. Pirataria. Poder Marítimo. Realismo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|----------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 – África em 1880, em vésperas da Conferência de Berlim..... | 57 |
| Figura 2 – Subdivisão da África em cinco grandes regiões..... | 58 |
| Figura 3 – Áreas de responsabilidade dos Comandos Combatentes dos EUA..... | 59 |
| Figura 4 – Imagem de satélite das Bases dos EUA e China no Djibuti..... | 60 |
| Figura 5 – Importadores africanos de armas russas..... | 61 |
| Figura 6 – Operações de Paz da ONU no continente africano em 2021..... | 62 |
| Figura 7 – Países signatários da ZOPACAS..... | 63 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-----------|------------------------------------------------------------------|
| AFRICOM – | African Command |
| AfCFTA – | African Continental Free Trade Area |
| AJB – | Águas Jurisdicionais Brasileiras |
| C2 – | Comando e Controle |
| CFT 151 – | Comando da Força-Tarefa 151 |
| CNUDM – | Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar |
| CPLP – | Comunidade dos Países de Língua Portuguesa |
| CSM – | Consciência Situacional Marítima |
| CSNU – | Conselho de Segurança das Nações Unidas |
| GB – | Grã-Bretanha |
| EEB – | Entorno Estratégico Brasileiro |
| EUA – | Estados Unidos da América |
| FMI – | Fundo Monetário Internacional |
| FTCC – | Força-Tarefa Conjunta Combinada |
| IUU – | Pesca ilegal não declarada e não regulamentada (sigla em inglês) |
| LCM – | Linhas de Comunicações Marítimas |
| MB – | Marinha do Brasil |
| ONG – | Organizações Não-Governamentais |
| ONU – | Organização das Nações Unidas |
| OTAN – | Organização do Tratado do Atlântico Norte |
| PCSD – | Política Comum de Segurança e Defesa |
| PIB – | Produto Interno Bruto |
| PNUMA – | Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente |

| | |
|-----------|-----------------------------------------------------------------|
| RDC – | República Democrática do Congo |
| RCA – | República Centro-Africana |
| RNB – | Rendimento Nacional Bruto |
| SEAE – | Serviço Europeu para Ação Externa |
| SGM – | Segunda Guerra Mundial |
| SisGAAz – | Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul |
| UA – | União Africana |
| UE – | União Europeia |
| UNCTAD – | Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento |
| URSS – | União das Repúblicas Socialistas Soviéticas |
| U\$ – | Dólares dos EUA |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|-------------------------------------------------------------------------|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 8 |
| 2 | FUNDAMENTOS TEÓRICOS E CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA | 11 |
| 2.1 | A Teoria Realista nas Relações Internacionais | 11 |
| 2.2 | A Teoria do Poder Marítimo de Mahan | 12 |
| 2.3 | Contextualização Histórica da África | 14 |
| 3 | ASPECTOS ECONÔMICOS E REALIDADES GEOPOLÍTICAS DA ÁFRICA | 16 |
| 3.1 | Aspectos Econômicos | 16 |
| 3.2 | Recursos naturais como objeto de cobiça estrangeira | 18 |
| 3.3 | Recursos naturais como fator de disputa geopolítica | 19 |
| 3.4 | Aspectos Geopolíticos | 21 |
| 3.5 | Aspectos Oceanopolíticos | 23 |
| 4 | UMA DISPUTA MULTIFACETADA | 27 |
| 4.1 | Histórico das principais disputas geopolíticas pelo continente africano | 27 |
| 4.2 | Principais potências presentes na África | 29 |
| 4.3 | Organismos Internacionais presentes no continente africano | 35 |
| 5 | A ÁFRICA E A MARINHA DO BRASIL | 39 |
| 5.1 | O Entorno Estratégico Brasileiro | 39 |
| 5.2 | A Marinha do Brasil e a África | 42 |
| 5.3 | Potenciais ameaças consideradas pela Marinha do Brasil | 45 |
| 6 | CONCLUSÃO | 49 |
| | REFERÊNCIAS | 52 |
| | ANEXOS | 57 |

1 INTRODUÇÃO

No mundo globalizado contemporâneo muitos são os desafios a serem enfrentados e vencidos, seja no campo diplomático, político, meio ambiente, econômico ou social e, ao mesmo passo, todos esses aspectos são influenciados pelas relações de poder entre os diversos atores ou *stakeholders*, sejam eles nacionais, internacionais, transnacionais, privados ou estatais.

Nesse contexto de desafios multifacetados, voltamos nossas lentes para a disputa e a busca de poder e influência dos atores que se fazem presentes no continente africano que, apesar de já não estar mais sob a égide do sistema colonial ainda é palco de interesses econômicos e geopolíticos, principalmente devido aos recursos naturais lá existentes.

Além disso, é mencionado em nossa Política Nacional de Defesa (PND), bem como na nossa Estratégia Nacional de Defesa (END) que os países da costa ocidental africana fazem parte do Entorno Estratégico Brasileiro (EEB), o que reveste essa região com um caráter estratégico para o Brasil.

Nesse cenário, o propósito deste trabalho é abordar a competição das grandes potências na África, com o conseqüente aumento da presença militar estrangeira naquela relevante região para o nosso país e, analisando quais os possíveis reflexos para a Marinha do Brasil (MB). Para tal feita, utilizaremos da pesquisa bibliográfica documental, como metodologia de trabalho acadêmico, a fim de permitir um estudo de um variado portfólio de fontes documentais tanto históricas, quanto recentes.

Vale salientar que limitaremos a profundidade de nosso estudo apenas aos assuntos relacionados ao aumento da presença das grandes potências na África, em especial de suas forças militares, à luz da geopolítica, considerando o período de 2001 à 2021. Dessa forma, não entraremos nos detalhes das estratégias dos atores envolvidos no estudo, tampouco na comparação das forças, suas capacidades militares ou aspectos jurídicos no âmbito

internacional.

Nesse sentido, tentaremos responder a seguinte indagação, com o intuito de orientar a nossa pesquisa: “A competição das grandes potências e a militarização da África trará reflexos para a Marinha do Brasil?”

Sendo assim, o conteúdo desta pesquisa está subdividido em cinco capítulos, incluindo a Introdução como o primeiro. No segundo capítulo ofereceremos uma base teórica abordando a teoria realista das relações internacionais tendo como fontes obras como “O Leviatã” de Thomas Hobbes (1588-1679) e “A Política entre Nações: A luta pelo Poder e pela Paz” de Hans Morgenthau (1904-1980) e a teoria do Poder Marítimo de Alfred Thayer Mahan (1840-1914), fonte de Almeida (2009). Adiciona-se uma breve contextualização histórica da região em lide, basedas nas obras de Uzoigwe (2010), Chenntouf (2010) e Carvalho (2015), que permitirão melhor entendimento crítico e acadêmico do trabalho.

No terceiro capítulo, abordaremos em linhas gerais os aspectos econômicos, geopolíticos e oceanopolíticos, referenciados em obras como a de Penna Filho (2018) e Barbosa Júnior (2012), que fazem do continente africano uma região alvo de cobiça internacional, em especial, a região da África Ocidental banhada pelo Atlântico Sul¹, e o entorno estratégico brasileiro.

No quarto capítulo, discorreremos sobre as principais potências estrangeiras presentes no continente africano, seus interesses e atividades na região e a presença de organismos internacionais que corroboram para que a África seja palco de disputas multifacetadas, para tal utilizaremos diversas fontes com destaque para Chossudovsky (2019) e Olander (2021).

No quinto capítulo, faremos uma breve análise sobre os principais documentos de alto nível do Brasil como o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), a Estratégia Nacional

¹ É a região delimitada geoestrategicamente ao Norte pelo paralelo 16N; ao Sul pelo Continente Antártico; a Leste pelo litoral africano e a Oeste pela América do Sul (BRASIL. 2020c, p.75).

de Defesa (END) e Política de Nacional de Defesa (PND) e o Plano Estratégico da Marinha do Brasil (PEM 2040) que direcionam as intenções da MB em relação ao Atlântico Sul e sua importância, a cooperação regional com países da costa ocidental africana, salientando as principais ameaças sob a ótica da MB, com foco na pirataria e na pesca ilegal.

Por fim, apresentaremos uma conclusão que, baseada nos argumentos discorridos e analisados nos capítulos anteriores, nos auxiliará a entender se existem e quais são os possíveis reflexos para a MB, advindos da competição das grandes potências na África e de sua militarização, e dessa forma, tentaremos responder a questão da pesquisa.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS E CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

No capítulo que ora se inicia abordaremos os princípios básicos da teoria realista das Relações Internacionais e da teoria do Poder Marítimo de Mahan, duas importantes fundamentações teóricas que permitirão semear um olhar crítico sobre os principais aspectos envolvendo o tema em lide, bem como, refinar as percepções para o entendimento dos capítulos subsequentes de nosso estudo e facilitar a compreensão da conclusão do trabalho.

De forma a organizar nossa linha de raciocínio e da construção de uma consciência situacional mais propícia ao nosso estudo, poderemos ver na terceira parte deste capítulo uma contextualização dos principais elementos históricos da África até os dias de hoje.

2.1 A Teoria Realista nas Relações Internacionais

Desde os primórdios do entendimento do sistema internacional, caracterizado com os Tratados de Vestfália², em 1648, a teoria realista é uma das mais antigas e conhecidas entre as teorias das relações internacionais e, fundamenta-se basicamente em torno de dois conceitos principais, o poder e o conflito (MINGST, 2014).

No campo filosófico do realismo clássico, destacamos Thomas Hobbes (1588-1679), que no capítulo 1 de sua obra *O Leviatã*, alega que os Estados vivem em um sistema internacional anárquico e que, nos leva a percepção de que não há um poder central que regula e comanda as relações entre os atores internacionais e, tal percepção leva a busca pelo poder como objetivo nacional de muitos desses atores.

Já sob a ótica contemporânea do mundo após a Segunda Guerra Mundial (SGM), convém ressaltar a importante contribuição do teórico das relações internacionais Hans Morgenthau (1904-1980) que com sua obra *A Política entre Nações: A luta pelo Poder e pela*

² Tratados que puseram fim à Guerra dos Trinta Anos, na Europa, em 1648; em relações internacionais, representam o início da soberania do Estado dentro de determinado espaço territorial (MINGST, 2014).

Paz, tornou-se referência entre os realistas do mundo todo, principalmente, por apresentar estudos teóricos e exemplos práticos das relações políticas internacionais e o equilíbrio de poder³ no sistema internacional.

Adequadamente ao nosso estudo, o capítulo III de *A Política entre Nações: A luta pelo Poder e pela Paz*, Morgenthau (2003) destaca a relação do poder político e os objetivos nacionais:

A política internacional, como toda política, consiste em uma luta pelo poder. Sejam quais forem os fins da política internacional, o poder constitui sempre o objetivo imediato. Os povos e os políticos podem buscar, como fim último, liberdade, segurança, prosperidade ou poder em si mesmo. Eles podem definir seus objetivos em termos de um ideal religioso, filosófico, econômico ou social. Podem desejar que esse ideal se materialize, quer em virtude de sua força interna, quer graças à intervenção divina ou como resultado natural do desenvolvimento dos negócios humanos. Podem ainda tentar facilitar sua realização mediante o recurso a meios não políticos, tais como cooperação técnica com outras nações ou organismos internacionais. Contudo, sempre que buscarem realizar seu objetivo por meio da política internacional, eles estarão lutando por poder. (MORGENTHAU, 2003, p. 49).

Outrossim, Mingst (2014) descreveu de modo simples e de fácil entendimento acadêmico que, o realismo é resultado de observações históricas e filosóficas e baseia-se na interpretação de que o homem é um ser egoísta e vive em busca de poder.

Em suma, é possível concluir da teoria realista que os diversos atores internacionais possuem as características semelhantes à natureza humana e, por vezes traçam suas políticas externas e interesses nacionais direcionados pela busca ou aumento de poder.

2.2 A Teoria do Poder Marítimo de Mahan

Inicialmente vale lembrar que a presente abordagem da Teoria do Poder Marítimo de Alfred Thayer Mahan (1840-1914), não pretende esgotar com detalhes o extenso arcabouço teórico que envolve os diversos aspectos de sua visão sobre a estratégia marítima, mas sim permitir lapidar a percepção necessária e adequada ao nosso estudo que tratará, como mencionado no capítulo introdutório, da disputa e dos interesses das grandes potências na

³ Qualquer sistema em que os atores (por exemplo, Estados) gozam de poder relativamente igual, de modo que nenhum Estado ou coalizão de Estados tem condições de dominar os demais atores no sistema. (MINGST, 2014).

África, em especial o seu entorno marítimo ocidental, o Atlântico Sul.

Considerado um dos teóricos mais influentes sobre estratégia marítima, Mahan foi um Almirante da Marinha dos Estados Unidos da América (EUA) que ganhou notoriedade com sua obra, *The influence of Sea Power upon history: 1660-1783* (1890), onde abordou a história naval britânica, tentando entender como a Grã-Bretanha (GB) obteve o domínio dos mares por três séculos e quais estratégias utilizaram para a manutenção desse domínio por meio de seu poder marítimo (ALMEIDA, 2009).

Em que pese as teorias de Mahan terem sido abordadas sob diferentes óticas além da militar, serão os aspectos econômicos e geopolíticos que utilizaremos como base para o nosso estudo. Desta feita, sua Teoria do Poder Marítimo possui como um dos pontos centrais a importância que o mar tem para o desenvolvimento econômico das Nações, pensamento base da famosa tríade de Mahan: 1 – a disponibilidade de bases ultramarinas de apoio; 2 – a importância de políticas econômicas que fomentem o comércio marítimo exterior; e 3 – a mentalidade marítima (MAHAN, 1890; *apud* ALMEIDA, 2010).

Para Mahan, “poder marítimo não é sinônimo de poder naval, pois não compreende apenas o potencial militar que, navegando, domina o oceano ou parte dela pela força das armas, mas, também, o comércio e a navegação pacífica que, de um modo vigoroso e natural, deram nascimento à esquadra e, graças a ela, repousam em segurança”.

Declara que, “para quem possui potencial militar, um dos requisitos necessários À consecução da vitória é o domínio dos mares. Esse garante, na paz e na guerra, a continuidade do comércio marítimo e as trocas de produtos manufaturados por matérias-primas, estabelecendo uma estreita interdependência entre o comércio exterior e a Marinha de Guerra”. Por conseguinte, a eficiência da Armada depende das suas bases e dos portos distantes. E a chave do poder mundial está no controle das rotas marítimas de comércio. (MAHAN, 1890; *apud* TOSTA, 1984, p. 39 e 40).

Com base em sua teoria, Mahan demonstrou que o poder marítimo tem grande importância no destino, prosperidade e segurança das Nações, sendo indispensável ao seu desenvolvimento, e fundamenta-se nos seguintes fatores: 1 – posição geográfica; 2 – configuração física; 3 – extensão territorial; 4 – caráter nacional; e 5 – instituições governamentais (TOSTA, 1984).

Podemos concluir das observações mahanianas segundo os estudos de Almeida

(2010), especialmente no que concerne à importância de portos e bases ultramarinas de apoio e a preocupação com o comércio marítimo, somado aos pensamentos de Tosta (1984) sobre a importância das posições geográficas que, neste primeiro momento, os interesses das grandes potências na África podem ser balizados à luz da teoria de Mahan e, doravante com o desenvolvimento do nosso estudo observaremos mais elementos que corroborarão esta conclusão parcial.

2.3 Contextualização Histórica da África

Antes mesmo da Conferência de Berlim (1884-1885) que, oficializou a partilha da África entre Inglaterra, França, Bélgica, Alemanha, Itália, Portugal e Espanha, a Europa já possuía grande influência e atividades exploratórias no continente africano, vide figura 1 (ANEXO A), seja por entrepostos de comércio, atividades de missionários, ocupações de regiões estratégicas ou por meio de acordos com dirigentes africanos para exploração (UZOIGWE, 2010).

Analogamente ao que ocorreu com as Américas do Sul e Central, bem como com a Ásia, a África também fora colonizada por países europeus, onde todos os países desse continente foram colônias de exploração e, vale destacar a reação africana à conquista de seu território descrita por Margery Perham⁴:

“A maioria das tribos aceitou rapidamente a dominação europeia, considerando que ela fazia parte de uma ordem irresistível, da qual podiam extrair numerosas vantagens, essencialmente a paz, e inovações apaixonantes: ferrovias e estradas, lâmpadas, bicicletas, arados, culturas e alimentos novos e tudo o que podia ser adquirido ou provado nas cidades. Essa dominação trouxe às classes dirigentes – tradicionais ou recém-criadas – maior autoridade e segurança, bem como novas formas de riqueza e de poder. Por muito tempo, apesar da extrema perplexidade que estas provocaram, as revoltas foram bastante raras, e não parece que a dominação tenha sido sentida como uma indignidade” (PERHAM, *apud* BOAHEN, 2010, p.10).

A Primeira Guerra Mundial representou para a África, um conflito basicamente entre europeus, já a SGM trouxe à África setentrional e ao Chifre da África a zona de combate.

⁴ Margery Perham era membro da Escola Colonial da Historiografia Africana (BOAHEN, 2010, p.10).

Convém mencionar que a mobilização militar afetou mais a população, pois a economia foi orientada ao esforço da guerra e, o fim das operações militares da SGM provocou diversas dificuldades econômicas e sociais (CHENNTOUF, 2010).

A SGM, como descrito na obra de Mingst (2014), teve um papel particularmente importante, pois induziu a África a ser mais nacionalista, bem como estimulou o início de sua consciência política internacional e, após o seu término, corroborou com o colapso do sistema colonial, fenômeno que poucos foram capazes de prever.

Depois de ter sido um problema para as potências coloniais até o final da SGM, a África tornou-se um lugar de interesse econômico para ambos os lados durante a Guerra Fria⁵. Hoje, ao lado das potências clássicas, os recursos africanos também são cobiçados pelos países emergentes. Esta cobiça da riqueza africana entre as potências globais, bem como entre os países emergentes é também um dos aspectos salientes da geopolítica africana. As relações em torno dos recursos naturais também determinam o padrão das relações políticas entre os países africanos e o resto do mundo (CARVALHO, 2015).

Em suma, nesse contexto, a África, subdividida em cinco grandes regiões: África Central; Meridional; Setentrional; Ocidental e Oriental, conforme figura 2 (ANEXO B), abriga uma das maiores biodiversidades da Terra e, apesar de atualmente ser constituída por Estados independentes, ainda é alvo de cobiça internacional, não apenas por suas riquezas naturais, mas, principalmente, por sua importância geopolítica e oceanopolítica.

⁵ Era das relações internacionais entre o final da Segunda Guerra Mundial e 1990, caracterizada pela rivalidade ideológica, econômica, política e militar entre a União Soviética e os Estados Unidos (MINGST, 2014).

3 ASPECTOS ECONÔMICOS E REALIDADES GEOPOLÍTICAS DA ÁFRICA

Na seção que ora se inicia, abordaremos em linhas gerais alguns dos principais aspectos envolvidos nos interesses econômicos e geopolíticos que fazem do continente africano palco de disputas multifacetadas e refém de cobiça internacional.

3.1 Aspectos Econômicos

As economias africanas experimentaram um forte crescimento durante a maior parte da década de 1960, uma desaceleração nas décadas de 1980 e de 1990, voltaram a ter um grande crescimento nos primeiros cinco anos do novo milênio, com pico em 2004, e passaram a registrar um crescimento econômico mais lento de 2005 em diante. Esta conclusão é apoiada pela análise do rendimento nacional bruto (RNB) da região (PENNA FILHO, 2018).

Embora o produto interno bruto (PIB) capture a produção realizada pelos residentes de um país, o RNB captura o valor da produção efetuada por seus cidadãos.

É digno de nota de que o crescimento econômico que a África Subsaariana experimentou por tantos anos, no novo milênio, aumentou a riqueza da região, contribuindo para que o RNB *per capita* aumentasse de US\$ 503,8 em 2000 para US\$ 1.516,4 em 2016. Embora falemos de África como uma entidade única, existem diferenças significativas nos padrões de crescimento das várias partes do continente e também dentro de cada uma dessas regiões (PEREIRA, 2013).

Na África Subsaariana existe o que Sene (2013) chamou de “histórias de sucesso” e que têm sido mais frequentes nos últimos anos do que no passado. Na verdade, dos 49 países da África Subsaariana, 34 tiveram pelo menos uma “experiência de forte crescimento sustentado”, que corresponde a um crescimento médio do PIB de 3,5 % na última década. Apenas Burundi, República Centro-Africana (RCA), Costa do Marfim, Comores, Eritreia, Gabão, Gâmbia, Guiné-Bissau, Madagáscar, Somália, Sudão do Sul, Essuatini, Togo, África do

Sul e Zimbábue não tiveram uma experiência de forte crescimento sustentado.

A “experiência de forte crescimento sustentado do PIB” no continente africano ocorreu em diferentes momentos. Nesse sentido, podemos dividir em quatro grupos: O primeiro grupo (Benin, Burkina Faso e Botswana) de 1991 a 1995, o segundo grupo (Angola, Etiópia e Mali) no período de 1996 a 2000, o terceiro grupo composto por Congo, República Democrática do Congo (RDC) e Quênia de 2001 a 2005, e o quarto grupo (Djibouti, Libéria e Lesoto) no período de 2006 a 2010 (ADÉSÍNÀ, GRAHAM, OLUKOSHI, 2015).

As razões por trás do momento do crescimento também variaram entre os Estados africanos. Por exemplo, enquanto o crescimento em Botswana e no Quênia foi o resultado de um *boom* de *commodities*, na Libéria, na Somália e no Djibouti o crescimento foi, principalmente, uma consequência de dividendos de paz⁶ e estabilidade. O forte crescimento sustentado do PIB também variou de acordo com o quão forte era o PIB e a capacidade de manter-se sustentado ao longo do tempo (BARROS, 2013).

Destacamos a questão da sustentabilidade como um motivo de preocupação, visto que o crescimento da África foi impulsionado principalmente por *booms* desses recursos naturais a destacar: **o petróleo** (Angola, Camarões, Chade, Congo, Gana, Guiné Equatorial, Nigéria, Sudão e Sudão do Sul); **manganês** (Gabão); **alumínio, cromo, cobalto, minério de ferro, níquel, platina e titânio** (África do Sul); **bauxita** (Guiné), **cobalto** (RDC e Zâmbia) **níquel e titânio** (Madagascar, Quênia e Moçambique); e **lítio** (Zimbábue); da mesma forma pelo setor de serviços (telecomunicações e turismo) na África do Sul, Madagascar, Moçambique e Quênia (CARVALHO, 2015, grifo nosso).

⁶ “Dividendos de paz” é uma abordagem do orçamento nacional em que o financiamento para fins militares é reduzido no interesse de diminuir impostos ou aumentar o financiamento para serviços sociais, fornecendo benefícios econômicos e mantendo as Nações fortes em períodos de paz. Várias Nações adotaram essa tática, ou o contrário, argumentando que o aumento dos gastos militares mantém as nações mais seguras e promove o desenvolvimento de novas tecnologias com possíveis aplicações civis. Disponível em: <<https://www.netinbag.com/pt/business/what-is-the-peace-dividend.html>> Acesso em: 14 jun. 2021.

A preocupação com a sustentabilidade torna-se maior em virtude dos recursos naturais citados anteriormente, principalmente o petróleo, pois trata-se de um recurso esgotável e suscetível a flutuações de preços. Quanto ao setor de serviços, já não causa tanto impacto no PIB, em comparação com a agricultura (*commodities*), que emprega a maioria dos africanos (dois terços da população ativa) e, ainda assim, participa com uma contribuição cada vez menor para o PIB (CLAPHAM, 2017).

A título de exemplo e para enriquecer a nossa análise, como bem classificou Hertz (2015), temos países onde “experiência de forte crescimento sustentado” não terminou e, podemos classificar em três grupos distintos. O primeiro, os países cujo o crescimento econômico em 2016 foi superior a 3,5% como Benin, Burkina Faso, e Ruanda; o segundo grupo, com crescimento econômico, embora forte, ficou abaixo do nível de 3,5% que foram Botswana, Congo, RDC, Lesoto e Namíbia; e o terceiro grupo composto por África do Sul e Zimbábue, cujas as economias não cresceram.

Em 2016, a economia diminuiu 1,54% na Nigéria, 1,86% na República do Congo e 7% no Chade (Indicadores de Desenvolvimento Mundial). Portanto, embora haja muitas histórias de sucesso em andamento, as evidências acima indicam claramente que algumas delas podem estar chegando ao fim em breve. Não está totalmente claro se a estrutura dessas economias, ou seja, a composição de seu PIB, esclarece por que seu desempenho é tão bom (LUIGI, 2018).

3.2 Recursos naturais como objeto de cobiça estrangeira

Os recursos naturais são geralmente estudados no contexto da geografia e da economia, onde são um fator importante em todos os estudos e análises. Porém, apesar de sua importância, a disponibilidade de riquezas, na forma de recursos naturais, infelizmente não gera desenvolvimento automaticamente, e nem é um indicador suficiente de desenvolvimento. Por

exemplo, o Níger encontra-se entre os dez países mais pobres da África, embora também tenha um número significativo e uma variedade de recursos naturais como ouro, ferro, urânio, carvão e petróleo (CHOSSUDOVSKEY, 2019).

A considerar pelos recursos naturais e pelas matrizes energéticas com alto potencial de exploração, não é errado afirmar que a relação da política e da economia dos países africanos com os atores externos é muito difícil de se fazer separadamente, já que ambos encontram-se historicamente ligados e, como exemplificou Clapham (2017), na relação entre a China e a África, que se baseia principalmente nos recursos naturais africanos, apesar de ter sido inicialmente calcada em convergências políticas e ideológicas. Além disso, para se aproximar dos países africanos, tanto a China quanto a Índia, sempre se definiram como países em desenvolvimento, corroborando convergências ideológicas e, defendendo o *status* anti-imperialista e anticolonialista que ajudou como catalizador na abertura de oportunidades para os governos de Pequim e de Nova Déli quanto aos recursos da África.

Apesar do progresso feito por China, Índia e, em menor proporção, Japão, algumas potências ocidentais tradicionais como os EUA e a França, mantiveram sua parcela de acesso à riqueza da África. Na verdade, o acesso é facilitado pela necessidade intermitente de segurança de alguns países africanos. Tais potências ocidentais tradicionais e alguns países emergentes como a China, a Índia e a Rússia têm aumentado as suas presenças e influências, alimentando essa percepção de competição pelas riquezas naturais da África, competição esta que excede a riqueza do subsolo e se amplia às vertentes da exploração de terras aráveis, dos pontos estratégicos costeiros e espaços marítimos (CHOSSUDOVSKEY, 2019).

3.3 Recursos naturais como fator de disputa geopolítica

A ligação entre os conflitos e os recursos naturais não pode ser interpretada automaticamente como uma relação causal. A existência desses recursos não significa que eles

gerem conflitos automaticamente, assim como qualquer conflito não é necessariamente o resultado de uma disputa por recursos naturais. Segundo Luigi (2018) a história mundial dos conflitos nos ensina que eles são sempre multidimensionais; embora não haja uma determinação inequívoca, a questão das ligações entre recursos e conflitos permanece.

A África é responsável por um terço dos conflitos documentados do mundo e a maioria deles tem uma ligação direta com a mineração e a produção de petróleo (Nigéria, Libéria, Serra Leoa, Angola, RDC e Sudão). “Maldição do petróleo” e “diamantes de sangue”, são expressões usadas pelas Organizações Não-Governamentais (ONG) que expressam fortemente esse nexo de causalidade, mas que deve ser relativizado, pois na África, embora a maioria dos conflitos tenha suas raízes na rivalidade em torno dos recursos naturais, outras causas foram identificadas, além de fatores econômicos e de riqueza. As causas econômicas e materiais geralmente se escondem por trás de motivos considerados mais nobres, como liberdade, dignidade ou soberania (MARY, 2018).

Além disso, a maioria das economias da África baseia-se na exportação de matérias-primas, daí a importância dada aos recursos naturais. Para a maioria dos países africanos esses recursos são a única fonte de sobrevivência econômica. Assim, eles não podem evitar um conflito quando envolve uma disputa por recursos naturais. De acordo com Melber (2013), em termos de conflito, existem várias formas de tensão ligadas aos recursos naturais e que podem ser identificadas: 1 – Os recursos naturais podem catalisar disputas fronteiriças, terrestres ou marítimas; 2 – Eles podem encorajar movimentos separatistas; 3 – Os recursos naturais podem, por causa de sua abundância, incitar a cobiça estrangeira; e 4 – A escassez de recursos naturais pode exacerbar os conflitos regionais e internacionais.

O caso africano demonstra que a maioria das origens dos conflitos geopolíticos do continente africano está ligada aos recursos naturais. Muitos analistas falaram da maldição dos recursos naturais na África; um fenômeno em que o setor de recursos naturais, voltado para as

exportações, gera receitas públicas, mas, paradoxalmente, leva à estagnação econômica e à instabilidade política (MONIÉ; AMORIM; GAYER, 2017).

Entre 1946 e 1998, a RDC, antigo Zaire, foi desestabilizada por vários conflitos separatistas (Katanga, Alto Congo, Kwilu, Kasai, Kivu, etc.). Hoje ficou claro que esses conflitos giram em torno dos recursos naturais, e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) confirmou isso. A exploração ilegal desses recursos (ouro, madeira, marfim e minerais) é avaliada em cerca de US\$ 1,3 bilhão por ano. No entanto, nem todo esse valor é canalizado para os grupos armados separatistas, pois as gangues criminosas transnacionais, principalmente as baseadas em Uganda, Ruanda e Burundi, também captam parte desses recursos. Assim sendo, a grosso modo, podemos entender que as ambições separatistas passaram a concorrer com o crime transnacional em uma espécie de disputa geopolítica nessa região (BAUMAN, 1999).

Um bom exemplo sobre a questão das disputas por recursos naturais da África pode ser verificado pela pesca em sua costa ocidental em setembro de 2020, quando a China foi mencionada pelo então presidente dos EUA, Donald Trump, em seu discurso na Organização das Nações Unidas (ONU), onde enfatizou as ações exploratórias chinesas e o seu comportamento marítimo de pesca predatória na costa da África Ocidental (BRITO, 2020).

3.4 Aspectos Geopolíticos

De acordo com Hertz (2015) a Geopolítica pode ser observada como o estudo das relações políticas entre atores nacionais e internacionais por meio de dados geográficos, que incluem elementos físicos, elementos humanos e recursos naturais. Elementos não geográficos, como governança ou poder militar, também são levados em consideração. Dependendo da região ou da entidade em estudo, as características geográficas em geral e os recursos naturais em particular são mais ou menos importantes em termos dos efeitos que têm nas relações políticas.

O nascimento do Sudão do Sul é outra amostra ilustrativa dos impactos dos recursos naturais na geopolítica. O sul do Sudão, rico em petróleo, desde muito cedo procurou separar-se do Norte. Tendo conquistado a sua independência em 2011, esta mesma riqueza tornou-se o motor de uma guerra civil entre as facções do sul, que não só ameaça arruinar a nova entidade, mas também constitui um risco de desestabilização em toda a região (CARNEIRO, 2016).

Segundo Ianni (2015) quatro aspectos principais caracterizam a geopolítica da África: 1 – fragmentação e disparidades entre sub-regiões, bem como entre países, e entre zonas dentro do mesmo país; 2 – conflitos interestatais no continente (79 dos 345 conflitos armados que abalaram o mundo em 2008 foram na África); 3 – cobiça estrangeira; e 4 – pesquisa contínua sobre integração e cooperação entre os Estados do continente.

A questão essencial seria, então, perguntar quais são as correlações existentes entre a abundância de recursos naturais na África e a fragmentação, o aumento do conflito e a cobiça, o mais importante, a busca incessante de cooperação e integração, que caracterizam o continente africano em termos geopolíticos (KI-ZERBO, 2016).

Com um potencial demográfico que abriga cerca de um sexto da população mundial, com previsão de em 2050 possuir uma em cada quatro pessoas do mundo, dos quais cerca de 60% com faixa etária inferior a 24 anos, ele só poderá ser efetivamente percebido em prol do desenvolvimento de seus países, se a África souber conduzir de modo adequado e sustentável suas instituições local, nacional e regional (FOGGO III, 2019).

Convém lembrar, também, a percepção do Almirante estadunidense James Foggo III (2019), Comandante das Forças Navais dos EUA para Europa e África que mencionou que a posição do continente africano é considerada ideal para a expansão econômica e industrial, principalmente, devido à sua posição geográfica estratégica e uma grande tendência de aumento demográfico acelerado.

Os impactos dos recursos naturais africanos na geopolítica continental diferem dependendo de dois elementos principais: distribuição natural, o que torna alguns países mais ricos do que outros, e governança econômica, o que significa que alguns países exploram melhor os recursos naturais do que outros (COSTEA; LANGENHOVE, 2014).

3.5 Aspectos oceanopolíticos

Inicialmente, convém ressaltar a importância da oceanopolítica conceituada por Barbosa Junior (2012) como:

“Oceanopolítica envolve o estado como elemento central para a adoção de decisões soberanas, considerando os espaços oceânicos, sobre o destino de sua população, assim como nas relações de poder com outros estados e, considerando a conjuntura político-estratégica internacional, com os demais atores internacionais”. (BARBOSA JUNIOR, 2012, p. 219).

Nesse contexto de oceanopolítica, podemos observar que a dependência da África no que tange à exportação de matérias-primas por meio do comércio marítimo é notória, com destaque para o avanço das negociações para a criação da chamada Zona de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA, sigla em inglês), ratificada em março de 2018, mas que atualmente já conta com 54 dos 55 Estados-membros da União Africana (UA) (JACQUES, 2021).

A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) (sigla em inglês) em seu *Press Release UNCTAD/PRESS/IN/2018/006*, ressaltou a importância e a dependência que o comércio marítimo na África possui de navios e portos, a fim de fomentar o comércio intercontinental.

Responsável por cerca de 2,7% do comércio marítimo global em valores, o continente africano contribui com cerca de 7% das exportações marítimas e 5% das importações em volume. Ainda que um terço dos países africanos não tenha litoral, o modal marítimo é o principal modo de entrada para o mercado global.

O comércio marítimo africano é moldado pela concentração comercial do

continente e pela diversificação limitada. Dessa forma, cerca de 40% das mercadorias exportadas por via marítima, em 2017, foram compostas por petróleo bruto. Por outro lado, mais de dois terços das importações foram de cargas secas (granéis sólidos e produtos em contêineres), e cerca de 20% das importações foram compostas por produtos petrolíferos e gás (UNCTAD, 2018).

Outro dado, que colabora para o entendimento da importância da oceanopolítica, é a relação comercial marítima das grandes potências com a África. Nesse cenário temos a União Europeia (UE) que continua sendo o principal parceiro comercial africano, embora essa relação tenha registrado uma redução para a metade em 1995 e para um terço em 2017. Chama a atenção, também, que nos últimos anos, o nível de comércio entre a África e os EUA diminuiu, enquanto que com a China aumentou (UNCTAD, 2018).

Ainda segundo dados da UNCTAD (2018), os portos africanos representam cerca de 4% do volume global de comércio de contêineres, sendo grande parte de importações de produtos manufaturados. Contando com apenas quatro terminais de contêineres no Marrocos, Egito e África do Sul, esses países possuem a melhor conexão marítima, pois tratam-se de rotas marítimas internacionais, sendo seguidos em importância por centros de carga sub-regionais, a destacar Djibouti, Togo e Maurício.

As combinações de investimentos públicos e privados, as reformas portuárias e um melhor trânsito para conectar-se aos países vizinhos sem litoral ajudaram esses países a se tornarem líderes na conectividade do transporte marítimo de contêineres na África.

Ainda, segundo Jacques (2021), podemos destacar o crescimento de investimentos no setor portuário africano que atualmente se aproxima da cifra de 85 bilhões de dólares. Nesse cenário destacam-se os altos investimentos feitos pela Nigéria nos setores marítimo e terrestre, que conferirão maior pujança ao setor portuário e ao comércio marítimo.

Na ótica apresentada por Foggo III (2019), a Marinha dos EUA vê a segurança

marítima do continente africano em situação crítica para a segurança e a estabilidade geral do continente, pois cerca de 38 dos 54 países da África são costeiros e desempenham um papel fundamental nesses quesitos.

No contexto do uso dos mares e das comunicações, podemos destacar a preocupação dos EUA e da China, quando percebemos o investimento considerável que o primeiro tem feito na costa ocidental africana, e as iniciativas do segundo já observadas, como mencionado por Gonçalves (2020), enfatizando que “ os africanos se tornam vulneráveis às grandes potências investidoras, pois o elaborador dos sistemas de comunicações submarinos controla a informação”.

No final de 2019, a participação da Rússia no primeiro Fórum Econômico Rússia-África, em Sochi, contou com a presença de cerca de 40 chefes de Estados africanos e foi um ponto marcante para a oceanopolítica do Mar Vermelho, pois reafirmou a parceira estratégica entre a Rússia e o Egito, trazendo consigo um forte simbolismo da presença e projeção russa naquela região e o seu alinhamento com os países africanos (GUITARRARI, 2020).

Assim sendo, podemos observar que as economias africanas têm experimentado um forte crescimento econômico nos últimos anos, e isso tem colaborado para o aumento da riqueza em nível regional, bem como a sua inserção na economia mundial, onde destacam-se os países da África Subsaariana com o seu incremento do comércio marítimo, bem como o Sudão do Sul com a sua grande capacidade petrolífera.

Impulsionadas pelas capacidades econômicas originárias da disponibilidade energética e de matérias-primas diversificadas, o protagonismo geopolítico e oceanopolítico na região ganha importância e, as grandes potências têm mantido especial atenção a essas questões, dando respaldo à cobiça internacional pelo continente africano.

À luz da vertente geopolítica e oceanopolítica, destacamos a capacidade dos recursos naturais tal qual fontes energéticas, como o petróleo em regiões como a do Sudão do

Sul e África Subsaariana, o crescimento do comércio marítimo observado com base nos investimentos em portos estratégicos como Nigéria, Marrocos, Egito e África do Sul, o que faz da África um alvo de interesses regionais e internacionais diversos.

Sob o ponto de vista dos competidores, observamos, nesse primeiro momento, o protagonismo de atores como os EUA, China e Rússia, o primeiro demonstrando grande preocupação com o avanço econômico e com o aumento de influência do segundo no continente africano, e com o terceiro como participante do primeiro Fórum Rússia-África em Sochi em 2019, o que reforça o ambiente de disputa desses grandes atores, em que pese a presença da França e da Índia na região ainda serem consideravelmente fortes.

4 UMA DISPUTA MULTIFACETADA

No capítulo que ora se inicia abordaremos as principais potências presentes no continente africano, seus interesses e atividades na região e a presença de organismos internacionais, ou seja, as questões contemporâneas que fazem da África um palco de disputas multifacetadas. Faz-se mister ressaltar também que os aspectos a serem observados terão a profundidade necessária à uma conclusão parcial que contribuirá com a conclusão final de nosso trabalho, não esgotando por completo a temática em questão, dada a imensidão do continente africano bem como sua complexidade.

4.1 Histórico das principais disputas geopolíticas pelo continente africano

A disputa de grandes potências pelo continente africano começou a tomar maiores dimensões durante o período da Guerra Fria, onde a guerra travada de forma indireta foi uma estratégia-chave do conflito entre os EUA e a ex-URSS. O objetivo dessas guerras indiretas era manter ou alterar o equilíbrio de poder⁷ entre as superpotências⁸ em áreas de conflito fora da frente central na Europa. Como tanto os EUA, quanto a ex-URSS eram possuidores de arsenal nuclear, ambos procuravam evitar o confronto direto entre suas forças militares convencionais em conflitos regionais com receio de que uma escalada de uma crise pudesse se transformar em uma guerra total⁹ (ADÉSINÀ; GRAHAM; OLUKOSHI, 2015).

Outros dois casos de disputas por poder e influência na África foram quando os EUA e a ex-URSS usaram governos estrangeiros e organizações internacionais como aliados

⁷ Equilíbrio de poder é qualquer sistema em que os atores (por exemplo, Estados) gozam de poder relativamente igual, de modo que nenhum Estado ou coalizão de Estados tem condições de dominar os demais atores no sistema (MINGST, 2014, p. 477).

⁸ Estados que detêm o mais alto poder em comparação com outras grandes potências; termo cunhado durante a Guerra Fria para referir-se aos Estados Unidos e à União Soviética (MINGST, 2014, p. 486).

⁹ Conflitos armados, em geral entre vários Estados poderosos, que envolvem a destruição generalizada e a perda de numerosas vidas. Os participantes não reconhecem qualquer limite para uso da força para atingir seus objetivos políticos – os quais incluem a rendição incondicional do adversário. (MINGST, 2014, p. 479).

durante a operação da ONU no Congo em 1960 e a guerra civil angolana em 1975, para influenciar e alterar o resultado de um conflito local para se adequar ao seu país interesses e alterar o equilíbrio de poder regional (CARNEIRO, 2016).

Hoje, com o mundo globalizado e multipolar¹⁰, outras potências surgem na arena internacional, como o caso da China que, com base nos padrões de crescimento de sua economia e capacidades militares, faz com que os seus interesses e os dos estadunidenses se choquem na África. O continente africano tornou-se o principal local de competição estratégica não apenas entre EUA e China, mas também com outros atores (CLAPHAM, 2017).

A China alterou significativamente o contexto estratégico na África e os motivos de Pequim se tornaram mais transparentes, pois em virtude das indústrias chinesas estarem em fase de crescimento, bem como visando atender as demandas de sua classe média existe a necessidade de conseguir novos fornecedores de energia e de matéria-prima, com isso a África tornou-se crucial para atender essas imposições. Como a China vem se tornando cada vez mais interligada à economia global, ela está adquirindo recursos vitais em diversas regiões ao redor do globo. À medida que os interesses chineses aumentam, sua influência geopolítica e oceanopolítica tendem tornarem-se cada vez mais favoráveis aos seus interesses políticos fazendo dela um novo ator nas disputas internacionais (CHOSSUDOVSKY, 2019).

Os interesses dos EUA e da China na África, até o momento, têm um viés mais econômico, sendo um conflito direto entre ambos pouco provável. A estratégia de “guerra por procuração¹¹” é utilizada para preservar a “paz” entre os dois poderes diretamente. Isso agora se tornou uma estratégia nacional viável de grandes potências com armas nucleares antecipando

¹⁰ Sistema Internacional no qual há vários Estados ou grandes potências cujas forças ou pesos são aproximadamente iguais. (MINGST, 2014, p. 482).

¹¹ Para efeitos deste trabalho consideraremos que as chamadas “guerras por procuração” são conflitos armados em territórios que não são os territórios dos países que estão em conflitos, usando terceiros para desempenhar esse papel, conhecidos como intermediários ou substitutos. Disponível em <<https://www.infoescola.com/historia/guerra-por-procuracao-proxy-war/>>. Acesso em: 03 ago 2021.

ou defendendo seus interesses nacionais em um sistema internacional multipolar (COSTEA; LANGENHOVE, 2014).

A violência esteve e ainda está presente na maioria dos países da África, por exemplo, na RCA, Costa do Marfim, Nigéria, Eritreia, Líbia, Mali, RDC, Somália, Ruanda, Burundi e Sudão. Esta principal tendência de anarquização¹² da África apresenta-se em forma de “guerra por procuração”, provocando instabilidade ou zona de influência (GONÇALVES, 2003).

4.2 Principais potências presentes na África

Nos últimos anos a presença dos EUA, através do Comando dos Estados Unidos para a África (U.S. AFRICOM – sigla em inglês para *United States Africa Command*), é a que mais se destaca em relação aos Estados e Organismos exógenos ao continente africano, em virtude, principalmente, de sua amplitude militar.

Criado em 2007 pelo Departamento de Defesa dos EUA e passando a operar a partir de 2008, dado o aumento da importância estratégica da África, em apoio à sua política externa e ao combate ao terrorismo, o U.S. AFRICOM, também conhecido como AFRICOM, é um dos nove comandos combatentes unificados regionais das Forças Armadas dos EUA (ANEXO C) e embora sua base seja localizada em Kelley Barracks, Stuttgart, Alemanha, é o responsável pelas operações militares e pelas questões de segurança dos EUA nos 53 países africanos, com a sua área de responsabilidade abrangendo praticamente toda a África (EUA, AFRICOM, 2021a).

Desde a sua criação até os dias de hoje, a presença militar dos EUA na África tem o AFRICOM como protagonista, já tendo se envolvido com diversas atividades e operações com países africanos, a destacar: 1 – Em 2008 ao assumir a Força-Tarefa Combinada no Chife

¹² Tornar anárquico; excitar à desordem; sublevar. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/anarquizar/>>.

da África (estabelecida em 2002) baseada no Djibuti; 2 – Combate à pirataria na costa da Somália; 4 – Programas de cooperação de segurança, visando a segurança marítima no Golfo da Guiné; 5 – Operações de apoio à paz da ONU e da UA; 6 – Intervenção para proteção de civis na Líbia; 7 – Combate ao terrorismo; 8 – Programa plurianual para reconstrução das Forças Armadas da Libéria; e 9 – Treinamento e Cooperação com países africanos para combate a epidemias (EUA, AFRICOM, 2021a).

Na vertente oceanopolítica, segundo o ponto de vista estadunidense, as Forças Navais dos EUA na África têm demonstrado, nos últimos anos, nítidas aspirações em estreitar a cooperação e as parcerias com os africanos, a fim de alcançar objetivos comuns e centrados na crença de que um continente africano seguro e próspero trará benefícios a todos. Outro ponto é que outros parceiros e aliados ocidentais dos EUA, como alguns países europeus, são importantes para continuar apoiando os africanos e, caso não estivessem lá para ajudar, provavelmente outros estariam para preencher essa possível lacuna (FOGGO III, 2019).

Ainda sob o ponto de vista marítimo é importante acrescentar ao nosso estudo a questão da forte presença militar internacional no Djibuti, país da África Oriental, que hospeda a base militar *Camp Lemmonier*, que é o centro operacional das forças armadas dos EUA no Chifre da África (ANEXO D), em operação há mais de 10 anos e que emprega cerca de mil djibutianos, sendo os EUA o segundo maior empregador, depois do próprio governo do Djibuti, contribuindo com a economia local, com cerca de U\$ 200 milhões anuais a esse país, orçamento esse que constitui cerca de 15% do PIB do Djibuti (FOGGO III, 2019).

A presença chinesa vem aumentando consideravelmente e, de acordo com Foggo III (2019), vem triplicando seus empréstimos e investimentos em países da África desde 2012, fazendo de Pequim um detentor de dívidas para vários países africanos, não obstante, também é o segundo maior fornecedor de armas para a África, atrás da Rússia. Informação essa corroborada por Vandiver (2021) ao dizer que “a China usa seu peso econômico para oferecer

empréstimos desfavoráveis aos países africanos, que funcionam como armadilhas de dívidas que ajudam a garantir o acesso de Pequim a infraestruturas essenciais”.

Ainda sobre as atividades chinesas na África, outro fato que chamou a atenção da comunidade internacional, foi a inauguração da base chinesa no Djibuti em 2017, passando a ser a primeira base militar da China no exterior e, acompanhada do crescimento contínuo de suas atividades na região, operando a apenas 11 km de *Camp Lemmonier*. O Djibuti, um país pequeno, porém estrategicamente importante, situado no extremo sul do Mar Vermelho, há muito tempo vem acolhendo várias tropas militares de potências estrangeiras como França, Itália e Japão que possuem pequenos postos avançados (OLANDER, 2021).

O General Stephen Townsend do Exército dos EUA, Comandante do AFRICOM em 2021, afirmou categoricamente que “a base naval chinesa no Djibuti já é grande o suficiente para abrigar navios de guerra do porte de navios aeródromos”, o que nos dá fortes indícios de que Pequim está procurando expandir os esforços militares na região e mais uma indicação da estratégia marítima chinesa baseada na teoria de Mahan tratada no capítulo 2 (OLANDER, 2021).

A China, com sua política expansionista de longo prazo e interesses geoestratégicos na África, tem demonstrado fortes intenções em querer construir bases adicionais nesse continente, com especial interesse pela costa oriental africana, onde, segundo informações do AFRICOM, intencionam construir uma base naval na Tanzânia que, em se concretizando, poderá servir de base logística para reparo e construção de navios de guerra, e também um bom motivo que permita vincular os gastos militares chineses aos seus investimentos em portos marítimos comerciais no leste, oeste e sul da África (OLANDER, 2021).

Segundo Olander (2021), a China vem emergindo como a força econômica externa dominante na África, pois além da base no Djibuti e dos planos para a Tanzânia há, ainda, a intenção de implementar uma base na Namíbia, costa atlântica africana. Seus investimentos no

continente já estão ultrapassando os dos EUA e de seus aliados, à medida que buscam recursos e mercados para alimentar seu crescimento econômico, bem como alavancar ferramentas econômicas para aumentar seu alcance e influência globais.

A Índia, outra potência asiática em constante crescimento e expansão econômica também mantém interesse pela África, no entanto possui duas vertentes distintas. Uma vertente econômica, pois da mesma forma que a China, a Índia também precisa da importação de petróleo, gás e diversos recursos naturais, a fim de sustentar o seu crescimento, que é cerca de 9% ao ano. A segunda vertente indiana de interesse na África é motivada pela oposição geopolítica à China pois, o governo indiano intenciona barrar o expansionismo chinês e recuperar parte da sua influência que perdeu para aquele país (BARBA, 2008).

Nos anos 1990, as parcerias econômicas entre Índia e África superavam os da China e África. Atualmente o comércio indo-africano é cerca de um terço do comércio sino-africano. Nesse sentido, a exploração de petróleo e gás em Angola é um bom exemplo da competição entre Índia e China, onde a companhia indiana de petróleo e gás ONGC Videsh possuía todos os indícios de que ganharia a concorrência para explorar um campo petrolífero angolano por cerca de 200 milhões de dólares. Contudo, ao final das tratativas a China ofereceu US\$ 2 bilhões e venceu a disputa (BARBA, 2008).

Outros interesses econômicos na África que receberam investimentos indianos na última década foram, segundo Barba (2008): 1 – A construção de oleoduto no Sudão; 2 – Intensificação do comércio bilateral com Madagascar e Ilhas Maurício; 3 – Construção de posto de vigilância no Oceano Índico; 4 – Atuação da companhia petrolífera indiana ONGC na Nigéria e no Gabão; 5 – Acordos na área de defesa e segurança marítima com Moçambique e Ilhas Seychelles; e 6 – Empréstimos para Angola e RDC.

Muito embora seja considerável o papel da China, da Índia e de outras potências na África, o ressurgimento da Rússia como um ator significativo no continente africano tem sido

cada vez mais notório. A Rússia basicamente retirou-se da África ao final da Guerra Fria, contudo, nas últimas décadas, principalmente, sob a liderança dos presidentes Dmitri Medvedev e Vladimir Putin, iniciativas importantes no continente africano foram implementadas, como ter se tornado o maior fornecedor de armas para a África nas últimas duas décadas, sobretudo a Argélia (ANEXO E), construindo infraestruturas e fazendo investimentos em países como Angola, Egito e RCA. Esse país, como grande produtor e exportador de petróleo e gás natural, não precisaria de novos suprimentos de energia africanos. Dessa forma, está tentando aumentar seu controle sobre as fontes de energia em todo o mundo para fortalecer seu próprio poder econômico e político (SAHUQUILLO, 2019).

A Rússia demonstra estar particularmente interessada em obter o controle sobre o fornecimento de petróleo e gás natural da África para os países europeus, já que são um potencial competidor. Em setembro de 2008, a companhia estatal de gás natural da Rússia, Gazprom, assinou um memorando de entendimento com a estatal Nigeria National Petroleum Corporation para exploração de petróleo e gás, produção e transporte, processamento de gás e construção de usinas de energia na Nigéria (BARROS, 2013).

A Gazprom espera gastar entre 1 e 2,5 bilhões de dólares nesses projetos nos próximos anos. Além disso, a Rússia manteve tratativas preliminares com a Nigéria sobre um gasoduto multimilionário que percorrerá 2.850 milhas (4.128 quilômetros) pelo Deserto do Saara e será usado para transportar gás nigeriano através do Níger e da Argélia para os terminais de exportação da Argélia para entrega à Europa via Espanha. O acordo proposto deve custar cerca de 10 bilhões de dólares para o gasoduto e U\$ 3 bilhões para outras instalações, e será capaz de entregar até 30 bilhões de metros cúbicos de gás para a Europa anualmente (CARNEIRO, 2016).

Em setembro de 2008, no entanto, o comissário de energia da União Europeia (UE) Andris Piebalgs visitou a Nigéria e apresentou uma contra-oferta ao governo nigeriano; ele

propôs que a UE desenvolvesse o gasoduto, evitando assim que a Rússia ganhasse controle sobre o que a Europa espera que se torne uma alternativa aos suprimentos russos de gás natural. Durante a visita do presidente Putin à Líbia em abril de 2008, os dois países assinaram acordos de cooperação energética, assistência militar e construção de uma linha férrea de 500 quilômetros entre Sirte e Benghazi. A linha ferroviária deve custar U\$ 3,8 bilhões (CARVALHO, 2015).

A Gazprom planeja projetos de exploração e produção em grande escala em cooperação com a empresa nacional de energia da Líbia, incluindo a construção de instalações de gás natural liquefeito e usinas de eletricidade a gás nesse país. A Rússia também cancelou uma dívida antiga da Líbia de U\$ 4,5 bilhões referente a compra de armamento da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas¹³ (ex-URSS) e anunciou planos de vender aos líbios cerca de U\$ 3 bilhões em novos armamentos, incluindo caças, helicópteros de ataque e submarinos (CLAPHAM, 2017).

Em março de 2006, o governo russo assinou um acordo de U\$ 8 bilhões com a Argélia e, cancelará a dívida anterior daquele país por vendas de armas em troca de um novo compromisso de compra de equipamentos militares russos, incluindo 32 caças MiG-29 SMT, 28 caças Su-30MK, 16 aeronaves de treinamento Yak-130, quatro S-300PMU2 anti-sistemas de aeronaves, 38 sistemas de mísseis e armas de defesa aérea Pantsir-S1, 185 tanques T-90S e 216 mísseis anti-tanque Komet-E. Em novembro de 2008, o Sudão anunciou que a Rússia havia vendido 12 aviões de combate MiG-29 (CHOSSUDOVSKEY, 2019).

Atualmente, os russos têm buscado obter acesso aos recursos naturais africanos, em condições favoráveis à exploração, com líderes locais eleitos que costumam hipotecar os direitos de exploração em troca de armamento. Tal prática tem se intensificado nos últimos anos, fortalecendo a exploração russa e a sua indústria bélica na África e, principalmente,

¹³ Ex-URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (MINGST, 2014, p. 586).

aumentando o poder de fogo de líderes locais africanos, aumentando a insegurança regional (FOGGO III, 2019).

Com base nas novas diretrizes da política externa russa de 2016, foi aprovado em novembro de 2020, pelo seu primeiro-ministro, Mikhail Mishustin, juntamente com o governo do Sudão, um projeto russo-sudanês para construção de uma base logística naval na costa do país africano. Com previsão de duração de 25 anos, a base será a primeira da Rússia na África e permitirá uma melhor posição estratégica à marinha russa com vistas às linhas de comunicações marítimas para o mar da Arábia e Oceano Índico (GUITARRARI, 2020).

Em comparação com os EUA, China, Índia e Rússia, a presença da França na África é histórica, iniciando-se com a colonização francesa no continente, vindo a se concretizar nos séculos XIX e chegando ao seu auge no século XX com o término da Segunda Guerra Mundial, dando vez ao período de descolonização. Ainda hoje a presença francesa no continente africano, principalmente em suas ex-colônias, é marcante e, semelhante às demais potências, também gira em torno do viés econômico e da exploração por recursos naturais, ou seja, disputas geopolíticas (PIGEAUD, 2020).

A presença militar francesa é, por outro lado, digna de nota, pois a França mantém uma grande rede de bases militares em suas antigas colônias. O exército francês é bastante empregado para influenciar escolhas de lideranças locais e proteger líderes aliados como Omar Bongo, no Gabão em 1990 e Idriss Déby Itno, no Chade e 2008. Outro episódio que marcou a influência francesa no continente africano ocorreu em 2011, por ocasião da intervenção de tropas francesas, a fim de permitir que Alassane Ouattara assumisse a presidência da Costa do Marfim, cuja crise pós-eleitoral acabou em massacre e fora interpretada como acerto de contas com o presidente que deixava o poder, Laurent Gbagbo (PIGEAUD, 2020).

4.3 Organismos Internacionais presentes na África

Os organismos internacionais são as instituições supranacionais que reúnem ações

de um grupo de países sob um mesmo propósito ou que possuem objetivos em comum. Muitas das quais atuam por meio de programas ou missões internacionais voltados para uma finalidade específica, como é o caso da ONU, do FMI (Fundo Monetário Internacional), Organização do Tratado do Atlântico Norte¹⁴ (OTAN), UE, UA e várias outras (PENA, 2021).

A ONU, é um dos principais organismos internacionais contemporâneos. E apesar de exercer grande influência em praticamente todas as regiões do globo, suas ações limitam-se aos termos de seus países-membros, especialmente aos que pertencem ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), seu mais alto nível decisório em termos de uso da força ou de operações militares, sendo composto por cinco países permanentes, com poder de veto sobre qualquer decisão, que são os EUA, China, França, Reino Unido e Rússia, além de outros dez membros temporários sem poder de veto (PENA, 2021).

Com o intuito de enriquecer o nosso estudo, vale lembrar que atualmente a ONU encontra-se atuando em 38 missões (Operações de Paz e Missões Políticas) ao redor do globo, das quais 06 Operações de Paz (ANEXO F) são compostas de grandes contingentes militares nos seguintes países africanos: Abyei (Sudão), República Centro Africana, RDC, Mali, Sudão do Sul e Saara Ocidental. A ONU também se faz presente na África com as chamadas Missões Políticas Especiais nos Grandes Lagos Africanos, Burundi, Camarões, Nigéria, África Central, Chifre da África, Líbia, Moçambique, Somália, Sudão, África Ocidental e Sahel e Saara Ocidental (UN, 2021).

Outro organismo internacional de relevante peso geopolítico no âmbito internacional é a OTAN, criada no período da Guerra Fria representando o poder militar do bloco capitalista e liderada pelos EUA, frente ao ideais socialistas da ex-URSS. Atualmente, a OTAN é mais empregada como instrumento militar e de pressão geopolítica por parte de seus

¹⁴ Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN (North Atlantic Treaty Organization – NATO) Aliança militar e política entre os Estados da Europa Ocidental e os Estados Unidos, estabelecida em 1948, com a finalidade de defender a Europa de eventuais agressões por parte da União Soviética e seus aliados; expansão pós-Guerra Fria para a Europa Oriental (MINGST, 2014, p. 483).

Estados-membros, possuindo considerável poder de intervenção sobre outros países, a exemplo das operações realizadas sob sua égide em 2003 no Iraque, 2011 na Líbia e 2013 na Síria (PENA, 2021).

Apesar da presença colonizadora europeia no continente africano ter chegado ao seu fim, a Europa ainda se faz presente na África, seja por meio de países europeus com interesses unilaterais ou organismos internacionais. O caso da presença da UE como bloco que, por meio do chamado Serviço Europeu para Ação Externa (SEAE), serviço de caráter diplomático da UE, cujo propósito é representar a sua política externa e implementar a sua política de segurança, a fim de garantir os interesses dos Estados-Membros europeus no mundo (EUROPEAN UNION, 2021).

O SEAE com sua Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), tem reforçado sua presença na África em diversas operações civis e militares, como no Congo, Líbia, Mali, Niger, RCA, Somália, com o pretexto de defender os interesses da comunidade europeia. Dessa forma, atua em operações militares e civis no continente africano alegando promover a paz e a segurança onde forem necessárias, proporcionando estabilidade e criando resiliência em ambientes frágeis (EUROPEAN UNION, 2021).

A UA, organismo continental exclusivamente formado por países africanos e criada oficialmente em julho de 2002 em substituição a Organização da Unidade Africana (1963-1999), atualmente é composta por 55 Estados-membros, cuja sede fica em Addis Abeba, Etiópia, possui como pilares principais fomentar maior cooperação entre os Estados africanos em prol do crescimento, do desenvolvimento econômico e promover a paz no continente africano. A UA tem como foco de sua missão “uma África integrada, próspera e pacífica, impulsionada pelos seus próprios cidadãos e representando uma força dinâmica na arena global” e entre seus objetivos centrais podemos destacar: 1 – Solidariedade entre os países e povos africanos; 2 – Defesa da soberania, integridade territorial e independência de seus

Estados-membros; 3 – Incentivar a integração política e socioeconômica do continente; 4 – Promover a paz, segurança e estabilidade no continente; 5 – Promover o desenvolvimento sustentável¹⁵; 6 – Defender os direitos humanos e dos povos; entre outros (AFRICAN UNION, 2021).

Em suma, podemos observar até aqui que no mundo cada vez mais globalizado, com desafios multifacetados, com matérias-primas e recursos energéticos cada vez mais escassos frente à grande demanda por esses produtos e mercados, faz com que as grandes potências tradicionais, como os EUA, a França e a Rússia, e as potências emergentes, como a China e a Índia, busquem no continente africano a solução às suas demandas energéticas, econômicas e expansionistas.

Nesse cenário complexo observamos as grandes potências tradicionais e as potências emergentes disputando a influência geopolítica, oceanopolítica e, principalmente, econômica pela África, devido aos recursos que esse rico continente tem a oferecer.

¹⁵ Desenvolvimento sustentável é uma abordagem do desenvolvimento econômico que tenta conciliar o crescimento econômico corrente e a proteção ambiental com as necessidades das futuras gerações (MINGST, 2014, p. 476).

5 A ÁFRICA E A MARINHA DO BRASIL

No presente capítulo iremos analisar os principais documentos de alto nível do Brasil que direcionam as intenções da MB em relação ao Atlântico Sul sua importância propriamente dita, a cooperação regional com países da costa ocidental africana e identificaremos as principais ameaças sob a ótica da MB, com foco na pirataria e na pesca ilegal.

5.1 O Entorno Estratégico Brasileiro

Com o intuito de fomentar um entendimento mais amplo ao nosso estudo sobre a disputa das grandes potências na África, o aumento da militarização internacional do continente africano e as possíveis implicações para a MB, faz-se mister abordarmos alguns dos principais documentos nacionais dos níveis político e estratégico brasileiro, como o Livro Branco de Defesa Nacional¹⁶ (LBDN); a Política Nacional de Defesa¹⁷ (PND); a Estratégia Nacional de Defesa (END); e o Plano Estratégico da Marinha 2040 (PEM 2040), que nos permitirão balizar melhor o entendimento da importância do Atlântico Sul para o Brasil.

“O Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) é o mais completo e acabado documento acerca das atividades de defesa do Brasil. Abrangente, visa esclarecer a sociedade brasileira e a comunidade internacional sobre as políticas e ações que norteiam os procedimentos de segurança e proteção à nossa soberania. Nesse sentido, o Livro Branco contribui também para fortalecer a cooperação entre os países da América do Sul, de modo a estimular a organização de uma comunidade de paz e segurança no **entorno estratégico brasileiro**, possibilitando a opção por soluções pacíficas e eliminando a hipótese de conflitos na região”. (BRASIL, 2020b, p.1, grifo nosso).

Assim sendo, em consonância com o LBDN brasileiro, temos o conceito de

¹⁶ Para efeitos de nosso trabalho, consideraremos o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) encaminhado, em 22 de julho de 2020, para apreciação do Congresso Nacional. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro-branco-de-defesa-nacional>. Acesso em: 30 Jun. 2021.

¹⁷ Para efeitos de nosso trabalho, consideraremos a Política Nacional de Defesa (PND) e Estratégia Nacional de Defesa (END) encaminhadas, em 22 de julho de 2020, para apreciação do Congresso Nacional. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/politica-nacional-de-defesa>. Acesso em: 30 Jun. 2021.

Entorno Estratégico Brasileiro (EEB), caracterizado pelas regiões da América do Sul, Atlântico sul, costa ocidental da África e Antártica, que em termos geopolíticos, têm prioridade de atenção por parte do Brasil e, como o foco do nosso estudo é a relação entre as disputas pelas grandes potências na África, sua crescente militarização e os possíveis reflexos para a MB, iremos nos ater nesse momento à região do entorno estratégico diretamente relacionada ao continente africano que é o Atlântico Sul e a costa ocidental da África (BRASIL, 2020b, grifo nosso).

Como resultado das tratativas diplomáticas entre o Brasil e a África, foi criada em 1986 a chamada Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS¹⁸) com o principal propósito de cooperação regional, manutenção da segurança no entorno dos seguintes países da América do Sul (Argentina, Brasil e Uruguai) e da África (África do Sul, Angola, Benin, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, RDC, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo (ANEXO G), totalizando 24 países, que aderiram ao projeto, a fim de contribuir para a consolidação do Atlântico Sul como uma região pacífica e livre de armas nucleares e, seu propósito tem sido alcançado, pois o Atlântico Sul hoje é uma das regiões mais desmilitarizadas do mundo (CROMWELL, 2013).

Além do LBDN, o PND e a END são outros importantes documentos do governo brasileiro que enfatizam a importância do Atlântico Sul e dos países da costa ocidental africana, inseridos no EEB, como área de interesse prioritário. Enquanto que a PND prioriza a preocupação contra ameaças externas, estabelecendo objetivos e diretrizes para o preparo e

¹⁸ A ZOPACAS foi estabelecida em 1986, por meio da Resolução nº 4, de 2011, da Assembleia Geral das Nações Unidas. É o principal foro para o tratamento de temas relativos à segurança do Atlântico Sul. Trata-se de uma iniciativa que busca articular ações em benefício da paz, da estabilidade e do desenvolvimento sustentável do Atlântico Sul, por meio do fortalecimento da coordenação e da cooperação entre seus Estados-membros. Além de seu componente geopolítico, a ZOPACAS inclui, compromissos com a conservação do meio ambientemarinho e a promoção do desenvolvimento sustentável (BRASIL. 2020b, p.98).

emprego da capacidade nacional em todas as esferas do Poder Nacional¹⁹, a END é mais voltada para orientar a segurança nacional (BRASIL, 2020c).

A importância do EEB é diretamente reforçada pela ZOPACAS que contribui para a estabilidade da região mitigando a possibilidade de interferência de potências extra regionais no Atlântico Sul, área de suma importância geopolítica e oceanopolítica para o Brasil, principalmente no que concerne aos recursos naturais existentes nas águas, no leito e no subsolo marinho sob jurisdição brasileira (BRASIL, 2020c).

Uma vez definida pelos LBN, PND e END, documentos de alto nível do governo brasileiro, a MB na condição de autoridade marítima, preocupou-se em preparar seu plano estratégico, a fim de orientar seu planejamento por meio de objetivos navais com base na Missão da Marinha do Brasil²⁰ e em sua visão de futuro. Desta feita, a MB busca na capacidade de dissuasão²¹ a estratégia primordial a ser considerada para a defesa dos interesses nacionais (BRASIL, 2020a).

Uma vez compreendido o conceito de EEB e a sua importância para o Brasil, principalmente, devido ao seu potencial econômico, já que detém consideráveis reservas de recursos naturais e que cerca de 95% do volume de exportações e importações de bens é feito por via marítima e, cabe à MB, autoridade marítima, no cumprimento de suas atribuições constitucionais, zelar pela Amazônia Azul e acompanhar as questões envolvendo a cooperação regional ligada aos assuntos marítimos, segurança marítima, operações navais, missões de paz sob a égide de organismos internacionais como a ONU e os acordos de cooperação na parte de formação e instrução militar naval (BRASIL, 2017b).

¹⁹ É a capacidade que tem a Nação para alcançar e manter os objetivos nacionais, o qual se manifesta em cinco expressões: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica (BRASIL, 2020c, p.79).

²⁰ A Missão da Marinha do Brasil é “Preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a Defesa da Pátria; para a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; para o cumprimento das atribuições subsidiárias previstas em Lei; e para o apoio à Política Externa.” (BRASIL, 2020a, p.6).

²¹ É a capacidade que tem a Nação para alcançar e manter os objetivos nacionais, o qual se manifesta em cinco expressões: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica (BRASIL, 2020c, p.79).

5.2 A Marinha do Brasil e a África

Sabemos que a preocupação com a segurança da Amazônia Azul²² e as LCM do Atlântico Sul continuarão sendo vitais para o desenvolvimento do Brasil e, com o intuito de reforçar essa segurança, faz-se mister a manutenção e a ampliação da cooperação regional com países africanos liminhos ao nosso entorno estratégico (BRASIL, 2020a).

“O País se insere no contexto internacional como um ator global com responsabilidades primordiais sobre seu entorno estratégico de interesse. Em decorrência desse potencial político-estratégico, a MB poderá ser demandada a colaborar com a proteção marítima do Atlântico-Sul. A interação das forças navais com interesses comuns nessa área é um importante fator para mantê-lo como uma zona de paz, livre de perturbações político-estratégicas e de ameaças irregulares. Assim, a busca por um ambiente de cooperação com as marinhas amigas e órgãos de segurança dos países vizinhos e liminhos ao Atlântico Sul é a postura estratégica a ser adotada.” (BRASIL, 2017b, p.30).

A preocupação da MB em melhor fomentar a mentalidade marítima em nossa sociedade é ratificada em seu PEM 2040 e, a preocupação com a implementação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), que permitirá o monitoramento e o controle das atividades sobre as Águas Jurisdicionais Brasileiras²³ (AJB), é um dos pontos fortes. A Consciência Situacional Marítima²⁴ (CSM) precisará ser buscada num amplo espectro dentro de nosso entorno estratégico, para isso, parcerias e acordos de cooperação com os países africanos liminhos ao Atlântico Sul são de fundamental importância (BRASIL, 2020a, p.40).

Desde a independência da Namíbia, em 1990, e a criação da Embaixada do Brasil

²² A Amazônia Azul é um conceito político-estratégico que vem sendo divulgado pela MB, com o objetivo de alertar a sociedade e demais instituições nacionais sobre a importância desse espaço marítimo e fluvial sob jurisdição nacional, à luz dos direitos e deveres estabelecidos na Terceira Convenção das Nações Unidas sobre o Direito no Mar (CNUDM III) (BRASIL, 2020a, p.19).

²³ “[...] compreendem as águas interiores e os espaços marítimos, nos quais o Brasil exerce jurisdição, em algum grau, sobre atividades, pessoas, instalações, embarcações e recursos naturais vivos e não-vivos, encontrados na massa líquida, no leito ou no subsolo marinho, para os fins de controle e fiscalização, dentro dos limites da legislação internacional e nacional. Esses espaços marítimos compreendem a faixa de 200 milhas marítimas contadas a partir das linhas de base, acrescida das águas sobrejacentes à extensão da Plataforma Continental além das 200 milhas marítimas, onde ela ocorrer.” (BRASIL, 2017c, p.1-14).

²⁴ A *consciência situacional marítima* é a efetiva compreensão das tendências e relações, que se desenvolvem temporalmente no *ambiente marítimo*, entre diversos atores, que podem impactar a defesa, a segurança, a economia e o entorno estratégico de um país. Exige avaliação contínua das áreas de interesse e monitoramento de padrões de comportamento. As lacunas no conhecimento devem ser buscadas pela vigilância, inteligência, reconhecimento e troca de informações. (BRASIL, 2017a, p.1-4).

em Windhoek, as relações entre os dois países têm se intensificado sobremaneira, diversos acordos de cooperação foram realizados e continuam até hoje bem consolidados, como é o caso do Acordo de Cooperação Naval assinado, em 1994, onde a MB coordena o treinamento do pessoal da Marinha da Namíbia e que, já contribuiu para a formação e o treinamento de centenas de oficiais e praças namibianos (BRASIL, 2021b).

Em que pese a necessidade de aumento da cooperação regional no Atlântico Sul, tivemos na última década um aumento considerável em cooperação militar-naval com países da costa ocidental africana, como a abertura da Adidância de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutica na Etiópia, em 2014, que passou a permitir uma maior representatividade e demonstração de preocupação com a segurança hemisférica (BRASIL, 2014).

Nesse sentido, a MB tem desenvolvido diversas atividades com as forças navais de países africanos, a fim de estreitar o relacionamento e melhorar a interoperabilidade para com aquelas forças, cumprindo um profícuo programa de preparo e emprego, que no período de 2016 à 2019 podemos destacar a ATLASUR/IBSAMAR/MAPUTO (África do Sul, Brasil, Índia e Moçambique) que consistiu no exercício multinacional visando a ação de presença e estreitar laços de amizade e a FELINO (Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Portugal e Timor Leste), outro exercício multinacional visando a organizar e treinar uma Força-Tarefa Conjunta Combinada (FTCC) da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa²⁵ (CPLP) e testar os procedimentos de Comando e Controle (C2) em tempo de paz em situação de crise (BRASIL, 2020b, grifo nosso).

Em 2019 a MB, representada pelo Navio-Patrolha Oceânico “Apa”, participou pela primeira vez do exercício multinacional “Grand African NEMO”, com as Marinhas de Cabo

²⁵ “Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - Integrada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Portugal e Timor-Leste, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada em 17 de julho de 1996, na Cúpula Constitutiva de Lisboa. Fundada no princípio da solidariedade, a CPLP tem em seus estatutos três objetivos centrais: a concertação político-diplomática, a cooperação em todos os domínios e a promoção e a difusão da língua portuguesa.” Disponível em: <<http://antigo.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3676-comunidade-dos-paises-de-lingua-portuguesa-cplp>>. Acesso em 11 jul. 2021.

Verde, da Espanha, dos EUA, França, Portugal, Senegal e de outros 16 países do Golfo da Guiné com o intuito de cooperação em treinamento com as Marinhas Amigas dos países da costa ocidental africana, com foco em situações atinentes as questões de segurança marítima da região do Golfo da Guiné, como o combate à pesca ilegal, a poluição no mar, a pirataria, o terrorismo marítimo e a assistência a navios em situação de perigo no mar (BRASIL, 2019).

O exercício multinacional *Obangame Express*, conduzido pelas Forças Navais dos EUA na África sob a supervisão do AFRICOM desde 2010, foi idealizado para melhorar a cooperação regional em apoio ao Código de Conduta de Yaounde²⁶, para a fomentar a CSM, aprimorar as capacidades de atuação das forças navais das Nações amigas participantes, treinamento contra pirataria e reforçar a segurança regional do Atlântico Sul, em especial na região do Golfo da Guiné. Em 2021 a MB teve sua oitava participação no exercício que contou com mais 32 países, dos quais a África contou com a presença de Angola, Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, RDC, Guiné Equatorial, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Marrocos, Namíbia, Níger, Nigéria, República do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo, além de Bélgica, Brasil, Canadá, Dinamarca, França, Alemanha, Itália, Holanda, Portugal e EUA (EUA, AFRICOM, 2021b).

A mais recente participação da MB em operações no continente africano ocorreu em 09 de junho de 2021, ao assumir pela primeira vez o Comando da Força-Tarefa Combinada (CFT 151), Força-Tarefa multinacional voltada ao combate à pirataria em proveito da proteção ao comércio marítimo na região do Mar da Arábia, Golfo de Omã, Golfo de Áden, costa da Somália e sul do Mar Vermelho. E em que pese a determinada região não estar contida dentro do espectro do EEB, tal feito atesta o profissionalismo e o reconhecimento internacional que a MB tem perante a comunidade marítima internacional, bem como a importância que o governo

²⁶ Código de conduta adotado por 25 Estados em Yaoundé, Camarões em 2013, referente à repressão da pirataria, assalto armado contranavios e atividade marítima ilícita na África Ocidental e Central. Disponível em: <https://africacenter.org/wp-content/uploads/2018/03/2018-03-IMO-ACSS-Seychelles_Madsen.pdf>. Acesso em 16 jul. 2021.

brasileiro tem dado ao tema da segurança marítima em consonância com as diretrizes nacionais (BRASIL, 2021a).

5.3 Potenciais ameaças consideradas pela Marinha do Brasil

O Brasil encontra-se há um longo período distante de conflitos externos, o que não permite à nossa sociedade de maneira geral ter a percepção necessária sobre as possíveis e reais ameaças, principalmente, em virtude das complexidades e incertezas que envolvem o mundo atual. A MB em sua “Política Naval” é assertiva ao lembrar que a História nos mostra que mesmo nos períodos anteriores aos dois grandes conflitos mundiais, a população e os dirigentes não puderam perceber as ameaças ao nosso país (BRASIL, 2017b, p.12).

A MB, dedicou o capítulo 2 de seu Plano Estratégico aos assuntos relacionados às possíveis ameaças, ressaltando que a conexão entre os oceanos permite proximidade entre regiões de interesse, que podem corroborar na facilidade de grandes potências ou atores transnacionais de exercerem influência em nosso entorno estratégico. Tais influências estranhas aos interesses nacionais brasileiros, aliadas ao híbridismo da atualidade, podem agregar aos espaços marítimos um grau de incerteza e riscos aos nossos interesses no cenário internacional (BRASIL, 2020a, p.19).

Assim sendo, entre as principais ameaças discorridas e classificadas pela MB em seu Plano Estratégico, alinhado aos interesses nacionais, temos: 1 – Pirataria; 2 – Pesca ilegal, não declarada e não regulamentada; 3 – Acessos ilegais a conhecimentos envolvendo a fauna, flora e biopirataria; 4 – Crime organizado e conflitos urbanos; 5 – Terrorismo; 6 – Ameaças cibernéticas; 7 – Questões ambientais, desastres naturais e pandemias; e 8 – Disputas por recursos naturais. Para efeitos de atingimento do propósito do nosso estudo, focaremos apenas na questão da **pirataria** e na **pesca ilegal**, já que possuem relação direta com os atores regionais do EEB, em especial com os países da costa ocidental da África, como os da região do Golfo da Guiné, para tal trataremos a seguir (BRASIL, 2020a, grifo nosso).

A pirataria marítima moderna afeta três regiões do mundo em particular: África, sudeste da Ásia e América Latina. Enquanto os ataques a navios eram relativamente incomuns na América Latina e no Caribe há apenas uma década, o sudeste da Ásia já havia visto uma década de ataques violentos na década de 1990. Embora a pirataria e os assaltos à mão armada no mar tenham atingido o pico de 147 casos em 2015, os números estão caindo constantemente no sudeste da Ásia. É provável que isso esteja ligado a um nível crescente de cooperação regional (COSTEA; LANGENHOVE, 2014).

“No Atlântico Sul, ações de pirataria têm se concentrado na margem africana, em regiões como o Golfo da Guiné, que faz parte do entorno estratégico brasileiro. Tais ações demandam um Poder Naval forte e maior participação e cooperação do Brasil no Atlântico Sul, por intermédio de maior valorização da ZOPACAS como instrumento de política externa para fortalecer a dissuasão estratégica”. (BRASIL, 2020a, p.31).

Tendo atingido o pico de 293 ataques em 2011 antes de cair para apenas 35 em 2015, os números mais do que dobraram em 2018. Na África Oriental, os esforços internacionais contra à pirataria e as estruturas de cooperação regional levaram a um declínio da mesma desde 2010. Na África Ocidental, no entanto, a instabilidade política e econômica incentivaram cada vez mais grupos criminosos a realizarem ataques violentos no mar. Duas regiões marítimas são as mais afetadas: o Golfo de Aden na África Oriental e o Golfo da Guiné na África Ocidental (GONÇALVES, 2013).

O Golfo da Guiné estende-se do Senegal a Angola, cobrindo mais de 6000 km de linha costeira. Compreende 20 estados costeiros, ilhas e estados sem litoral e forma duas regiões: África Ocidental e África Central. A bacia marítima é de importância oceanopolítica e geoeconômica para o transporte de mercadorias de e para a África Central e Austral. Além disso, é um ponto de estrangulamento para o comércio de energia africano, com extração intensiva de petróleo no Delta do Níger na Nigéria. A pirataria marítima não é um fenômeno novo na região. No entanto, os ataques de piratas têm aumentado constantemente nos últimos dez anos (MUCAVALE, 2014).

O epicentro original do crime marítimo da região está no Delta do Níger. Paradoxalmente, a descoberta de grandes quantidades de hidrocarbonetos gerou pobreza em vez de riqueza. As tensões sociais e a poluição ambiental aumentaram e apenas o governo central, local as elites e as empresas petrolíferas realmente lucraram com a produção de petróleo. Alguns dos excluídos da previdência social voltaram-se para o crime marítimo na forma de “petropirataria” (PENNA FILHO, 2018).

Segundo Gonçalves (2020), Gana que ficou entre os sete maiores produtores de ouro do mundo em 2019, é outro Estado da África Ocidental, na região do Golfo da Guiné, que naquele ano havia registrado o mais alto índice no número de casos de pirataria no mundo. Acrescentou ainda que “além da insegurança marítima, a conturbada situação continental agrava a instabilidade do país”, cuja área marítima adjacente está contida no entorno estratégico brasileiro.

Apesar das iniciativas fomentadas pelo acordo de livre-comércio ratificado em 2018, o ano de 2020 foi marcado por redução considerável nas exportações, crescente índice de desemprego e da crise sanitária do COVID-19, marcando a queda de dinamismo econômico onde, pôde-se observar cerca de 95% do total de sequestros ligados à pirataria, foram registrados, principalmente, na porção ocidental do continente africano. Na mesma região um aumento de cerca de 7% de incidentes de pirataria se comparado com 2019 com queda observada no resto do mundo (JACQUES, 2021).

Uma outra atividade considerada uma ameaça pela MB e por outros países adjacentes ao EEB é a chamada pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (IUU, sigla em inglês) considerada um flagelo global. Realizada por atores maliciosos nas sombras dos oceanos do mundo, pode devastar os ecossistemas e minar economias de pesca frágeis. A pesca não declarada refere-se a actividades de pesca que não são relatadas ou se reportam indevida às autoridades relevantes. E a pesca não regulamentada é feita por navios sem nacionalidade ou

que não são regulamentados pelo seu estado de bandeira, o país em que uma embarcação é registrada. Também ocorre quando os navios pescam em áreas ou para estoques para os quais não há medidas de conservação ou gerenciamento aplicáveis (VANN, 2021).

A pesca ilegal IUU, vem ocorrendo no Mar do Sul da China, na costa oeste da África (onde estimativas colocam capturas ilegais em 40 por cento), fora as duas costas da América do Sul, no Oceano Índico Oriental, em toda a Oceania, e em torno da Antártida. A título de informação, em 2020, a Guarda Costeira dos EUA (USCG) disse que a pesca IUU substituiu a pirataria como a principal ameaça global à segurança marítima (VANN, 2021).

Nesse sentido, do presente capítulo, podemos concluir que o Atlântico Sul, entorno estratégico brasileiro é de suma importância para os objetivos nacionais de curto, médio e longo prazos, pois dele depende parcela significativa de nossa economia e do nosso comércio internacional. Sendo assim, é importante que o preservemos como uma região pacífica e sem ameaças às nossas relações com os nossos vizinhos ultramarinos. Dessa forma, podemos concluir que a ZOPACAS tem contribuído com isso.

6 CONCLUSÃO

O propósito deste trabalho foi abordar o aumento da presença estrangeira na África e seus possíveis reflexos para a Marinha do Brasil.

Evocando a teoria realista das relações internacionais apresentada no capítulo 2, à luz, principalmente, de Thomas Hobbes (1588-1679) e Mingst (2014) podemos dar início à nossa conclusão afirmando que a característica anárquica do sistema internacional é um incentivo ao comportamento das potências estrangeiras como EUA, China, Rússia e Índia, além de outras, em aumentar a sua presença e influência geopolítica no continente africano, visando contribuir para o atingimento de seus interesses nacionais e para o acúmulo de poder.

Com elementos fornecidos por Morgenthau (1904-1980) no que tange ao equilíbrio de poder, complementando a teoria realista, conseguimos entender as disputas existentes das grandes potências tradicionais como EUA, Rússia e França e as emergentes como China e Índia, no cenário africano.

E em relação a teoria do Poder Marítimo de Mahan, podemos ver traços nas ações de países como Rússia e China que, além dos EUA, que têm envidados esforços políticos, militares e econômicos, como demonstrou Vandiver (2021), quanto à construção de bases navais em solo africano, visando ampliar as suas capacidades logísticas e operacionais, onde no caso chinês seria em Djibuti, e no russo no Sudão.

A contextualização histórica da África nos permitiu entender os motivos pelos quais o continente africano encontra-se hoje dividido de forma heterogênea sem considerar as divisões tribais e culturais originais de sua formação, motivo pelo qual temos a percepção que encontra-se sempre imersa em conflitos, disputas internas e facilmente influenciada por potências estrangeiras, apesar de sua independência.

Ao longo do capítulo 3, ao observar os aspectos econômicos e as realidades geopolíticas da África, podemos concluir que o continente africano é hoje a última fronteira da exploração humana no que tange à busca por recursos naturais que, sem sombra de dúvidas, resultará em uma tendência cada vez mais forte à cobiça internacional e que pode se refletir sob várias vertentes.

Em que pese a presença estadunidense e francesa ainda serem as mais preponderantes, podemos concluir que a presença e a expansão chinesa na África têm causado grande preocupação aos EUA e nas demais potências disputando espaço econômico e influência no continente africano, como é o caso da Rússia e da Índia, em que os respectivos governos têm demonstrado envidar esforços para oxigenar suas políticas em relação aos países africanos.

Com os dados apresentados a cerca dos indicadores econômicos entre a África e as potências estrangeiras, principalmente no que tange às questões energéticas, podemos concluir que a disputa geopolítica pelo continente africano está longe de chegar a um bom termo, uma vez que os próprios países africanos têm dado respaldo aos interesses dos diversos atores internacionais presentes na região, quer seja como forma de captar recursos e alavancar suas economias, quer seja pelo aumento de poder das autoridades locais.

Apesar de não serem atores estatais em disputa, verificamos que a presença de organismos internacionais como a ONU, OTAN, UA, entre outros no continente africano, tais organizações são compostas por Estados-membros que, indiretamente, fazem-se presentes na região, seja em operações de manutenção da paz ou missões políticas, onde não se pode negar que podem exercer uma certa grande influência política na região de atuação.

Obtemos como resultado do que foi apresentado no capítulo 4, a conclusão de que as presenças de Rússia e China na África possuem uma tendência a aumentar consideravelmente nos anos vindouros e, em que pese outras potências tradicionais como EUA e França continuarem a se fazer presentes. Além disso, verificamos que há uma forte tendência

ao aumento de disputas econômicas e por influência geopolítica na região.

Verificamos, fruto do estudo constante no capítulo 5, que é importante que preservemos o Atlântico Sul como uma região pacificada e sem ameaças às boas relações regionais com nossos vizinhos ultramarinos, em observância aos propósitos da ZOPACAS, que tem feito o papel ao qual se destinou. As relações Brasil x África, por meio de suas forças navais, têm sido bastante frutíferas, bem como trazendo benefícios para todos os atores regionais e, principalmente, fomentando uma maior segurança nas questões oceanopolíticas, corroborando com o desenvolvimento de todos os envolvidos.

Concluimos, portanto, atingindo o objetivo que esta pesquisa se propôs, afirmando que o aumento da presença estrangeira na África com a sua militarização, pode trazer reflexos à Marinha do Brasil, a partir do momento que, como estudado, tem influenciado os documentos de alto nível da MB, seja definindo políticas navais em prol da segurança regional de nosso entorno estratégico, seja fomentando ações de cooperação com as marinhas amigas da costa ocidental da África. E, apesar de não se tratar de atores estatais propriamente ditos, a preocupação da MB com as questões envolvendo a pirataria e o aumento da pesca ilegal, que vêm se intensificando no Atlântico Sul, trouxe reflexos para a essa força armada brasileira ao contribuir como um dos motivos para a confecção do PEM 2040.

Por fim, nosso trabalho deixa como uma possível sugestão a elaboração de estratégias marítimas específicas para o Atlântico Sul, em especial para a costa ocidental africana, dada sua importância e o cenário atual ora verificado por este trabalho.

REFERÊNCIAS

ADÉSÍNÀ, Jimi O., GRAHAM, Yao & OLUKOSHI, Adebayo O (org.). **Africa and development challenges in the new millennium: the NEPAD debate**. London, Zed Books, 2015.

AFRICAN UNION (AU). 2021. Disponível em: <<https://au.int>>. Acesso em: 22 Jun. 2021.

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. Alfred Thayer Mahan - O Homem. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v.129, n. 04/06-abr/jun. 2009.

BARBA, Mariana Della. O Estadão de S. Paulo. **Após os chineses, agora é a vez dos indianos invadirem a África**. 21 abr. 2008. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,apos-os-chineses-agora-e-a-vez-dos-indianos-invadirem-a-africa,160160>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BARBOSA JUNIOR, Ilques. **Oceanopolítica: conceitos fundamentais (capítulo 9)**. In: BARBOSA JUNIOR, Ilques e MORE, Rodrigo Fernandes (org.). *Amazônia Azul: Política, Estratégia e Direito para o Oceano do Brasil*. Rio de Janeiro: FEMAR, 2012. Disponível em: <<http://www.egn.mb/cecos-exameselecao.php>> (INTRANET). Acesso em: 20 mai. 2021.

BARROS, Rui Duarte. **Comércio, modelos de integração regional, opções estratégicas de desenvolvimento**. In: COELHO, Pedro Motta Pinto, SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). *Fórum Brasil-África: Política, Cooperação e Comércio*. Brasília, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2013. pp. 219-247.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização – as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999.

BOAHEN, Albert Adu. **A África diante do desafio colonial**. In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*, 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. p. 01-20.

BRASIL. **Centro de Comunicação Social da Marinha**. Nota de Esclarecimento. Brasília-DF. 01 set. 2014. Disponível em: <<https://www.defesanet.com.br/africa/noticia/16655/Marinha-do-Brasil---Nota-de-Esclarecimento/>>. Acesso em: 11 jul. 2021.

_____. Marinha do Brasil. **Centro de Comunicação Social da Marinha**. Marinha do Brasil tem participação inédita na Comissão Grand African NEMO 2019 (Nota). Brasília-DF. 29 out. 2019. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/noticias/marinha-do-brasil-tem-participacao-inedita-na-comissao-grand-african-nemo-2019>>. Acesso em 10 jul. 2021.

_____. Marinha do Brasil. **Centro de Comunicação Social da Marinha**. *Marinha do Brasil assume comando da Combined Task Force (CTF) 151* (Nota). Brasília-DF. 15 jun. 2021a. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/noticias/marinha-do-brasil-assume-comando-da-combined-task-force-ctf-151>>. Acesso em: 13 jul. 2021.

_____. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. **EMA-305**. *Doutrina Militar Naval*. 1ª rev. Brasília-DF. 2017a.

_____. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. **EMA-323**. *Política Naval*. 1ª rev.

Brasília-DF. 2017b.

_____. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. **EMA-135**. Manual de Direito Internacional Aplicado às Operações Navais. 2ª rev. Brasília-DF. 2017c.

_____. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. **Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040)**. Brasília-DF. 2020a. 88 p.

_____. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN)**. Brasília: 2020b. 98 p. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro-branco-de-defesa-nacional>. Acesso em: 30 Jun. 2021.

_____. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END)**. Brasília: 2020c. 80 p. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/politica-nacional-de-defesa>. Acesso em: 30 Jun. 2021.

_____. Ministério das Relações Exteriores. República da Namíbia. **Países e entes com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas (Nota)** – Brasília-DF, 2021b. Disponível em: <http://antigo.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5593&Itemid=478&cod_pais=NAM&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR>. Acesso em: 16 jul. 2021.

BRITO, Alessandra. A pesca ilegal chinesa e a falta de governança dos oceanos. Temas Especiais – **Boletim Geocorrente**. nº 126. Out. 2020. p.16.

CARNEIRO, Emmanuel. **Reflexões em torno da atual conjuntura econômica da África sub-saariana**. Cabo Verde, mimeo, 2016.

CARVALHO, Rui Moreira de. **Compreender a África – teorias e práticas da gestão**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015.

CHENNTOUF, Tayeb. **O Chifre da África e a África setentrional**. In: MARZRUI, Ali A.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza**. São Paulo, Moderna, 2019.

CLAPHAM, Christopher. **Africa and the international system — the politics of state survival**. Cambridge, Cambridge University Press, 2017.

COSTEA, Ana-Cristina & LANGENHOVE, Luk Van. **A relevância da integração regional da África**. In: SANTOS, T. dos. Globalização e regionalização — hegemonia e contra-hegemonia, vol.3. São Paulo, Ed. PUC-Rio e Ed. Loyola, 2014.

CROMWELL, Elias Loureiro. **A atuação do “AFRICOM” na África Ocidental: Reflexos para a Marinha do Brasil**. 2013. Monografia (Curso de Política e Estratégia Marítimas) - Escola de Guerra Naval. Marinha do Brasil. Rio de Janeiro, RJ. 2013.

EUA. AFRICOM. **History of U.S. Africa Command**. 2021a. Disponível em: <<https://www.africom.mil/history-of-us-africa-command>>. Acesso em: 10 Jun. 2021.

_____. **History of U.S. Africa Command**. 2021b. Disponível em:

<<https://www.africom.mil/what-we-do/exercises/obangame-express>>. Acesso em: 13 jul. 2021.

EUROPEAN UNION (EU). **What we do**. 2021. Disponível em: <https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/area/foreign-affairs_en>. Acesso em: 23 Jun. 2021.

FOGGO III, James. Defense One – Infowar. **Africa, Great Power Competition, and the US Navy**. 2019. Disponível em: <<https://www.defenseone.com/ideas/2019/09/africa-great-power-competition-and-us-navy/159828/>>. Acesso em: 22 mai. 2021.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científica**. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 255 p. (Coleção Aprender).

GONÇALVES, Bruno. África Subsaariana – **Boletim Geocorrente**. nº 113. Abr. 2020a. p.6.

GONÇALVES, Bruno. Togolândia Ocidental e o separatismo em Gana. África Subsaariana – **Boletim Geocorrente**. nº 126. Out. 2020b. p.6.

GONÇALVES, Reinaldo. **O nó econômico**. Rio de Janeiro, Record, 2003. 140 p.

GUITARRARI, Luiza. Os novos contornos da investida russa na África e sua base naval no Sudão. Rússia e Ex-URSS – **Boletim Geocorrente**. nº 129. Nov. 2020. p.10.

HERZ, Mônica. **O tratamento da segurança regional pela disciplina de relações internacionais**. 2015. Disponível em: <<http://www.unb.br/irel/ibsa/docs/MonicaHerz.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2021.

HOBBS, Thomas. **Leviatã. Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. (Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva). 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Col. Os Pensadores. 230 p.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2015.

JACQUES, Isadora. Os impactos da AfCFTA, o maior acordo de livre comércio do mundo. África Subsaariana – **Boletim Geocorrente**. ISSN 2446-7014. nº 131. Jan. 2021. p.8.

KI-ZERBO, Joseph. **Para quando a África?** Rio de Janeiro, Pallas, 2016.

LUIGI, Ricardo. **A Insegurança Regional e o Conflito na Região de Darfur**. In: Intellector. Rio de Janeiro, E-Papers, 2018.

MAHAN, Alfred T. **The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783**. Boston: Little, Brown, and Company, 1890. Disponível em: <<https://ia902708.us.archive.org/13/items/seanpowerinf00maha/seanpowerinf00maha.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

MARY, Cristina Pessanha. **África: de mundo exótico a periferia abandonada**. In: HAESBAERT, Rogério (Org.). **Globalização e Fragmentação no Mundo Contemporâneo**. Niterói — RJ, Eduff, 2018, pp. 277-308.

MELBER, Henning. **The New Partnership for Africa's Development**. Uppsala, Nordic

Africa Institute, 2013.

MINGST, Karen A. **Princípios de Relações Internacionais**. 6ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier Editora, 2014. 590 p.

MONIÉ, Frédéric, AMORIM, Vânia & GAYER, Gabriel. **A inserção da África Subsaariana “no sistema mundo”: permanências e rupturas**. In: EMERSON, Renato (coord.): *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia no Brasil*. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2017. pp.175-198.

MORGENTHAU, Hans. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. 6ª ed. São Paulo: UnB, 2003. 1093p.

MUCAVALE, Firmino G. **A Nepad e as oportunidades para os investimentos brasileiros**. In: COELHO, Pedro Motta & SARAIVA, José Flávio. *Fórum Brasil-África: Política, cooperação e comércio*. Brasília, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2014, pp. 147-190.

OLANDER, Eric. **US cause in Africa not helped after AFRICOM’s comments**. The African Report, 12 Mai. 2021. Disponível em: < <https://www.theafricareport.com/87554/us-cause-in-africa-not-helped-after-africoms-comments/> >. Acesso em: 22 Mai. 2021.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Organismos Internacionais**. Mundo Educação. 2021. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/organismos-internacionais.htm>>. Acesso em: 23 Jun. 2021.

PENNA FILHO, Pio. **A África nas Relações Internacionais: Novas Possibilidades ou Nova Partilha**. Meridiano 47 (UnB), v. 101, pp. 12-14, 2018.

PEREIRA, José Maria Nunes. **O continente africano. Perfil histórico e abordagem geopolítica das macro-regiões**. In: BELLUCCI, Beluce. *Introdução à história da África e da cultura afro-brasileira*. Rio de Janeiro, UCAM, 2013. pp. 9-29.

PIGEAUD, Fanny. **Basta de presença francesa na África – Revoltas de Bamako a Dacar**. Le Monde Diplomatique Brasil. 28 Fev. 2020. Disponível em: < <https://diplomatie.org.br/basta-de-presenca-francesa-na-africa/> >. Acesso em: 20 jun. 2021.

SAHUQUILLO, Maria R. **Rússia retorna à África**. EL PAÍS. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/30/internacional/1556637150_076733.html>. Acesso em 17 jul. 2021.

SENE, Eustáquio de. **Globalização e espaço geográfico**. São Paulo, Contexto, 2013.

SOUSA, Rafaela. **África**. Brasil Escola UOL. Disponível em: < <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/africa-continente.htm> >. Acesso em: 25 Abr. 2021.

TOSTA, Octavio. **Teorias Geopolíticas**, v.225. 1ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. 103 p.

UZOIGWE, Godfrey N. **Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral**.

In:BOAHEN, Albert Adu (Ed.). História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935, 2ª ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. p. 21-50.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **Press Release UNCTAD/PRESS/INN/2018/006. Maritime trade and Africa.** 03 out. 2018. Disponível em: <<https://unctad.org/press-material/maritime-trade-and-africa>>. Acesso em: 15 Jun. 2021.

UNITED NATIONS (UN). **Peacekeeping Operations - Where we operate.** 2021. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/where-we-operate>>. Acesso em: 22 Jun. 2021.

VANDIVER, John. **China's base in Africa now big enough to host aircraft carriers, AFRICOM boss says.** STAR AND STRIPES, 2021. Disponível em: <<https://www.stripes.com/theaters/africa/china-s-base-in-africa-now-big-enough-to-host-aircraft-carriers-africom-boss-says-1.670578>>. Acesso em: 22 Mai. 2021.

VANN, John C. **Illegal Fishing Is a Global Threat. Here's How to Combat It.** COUNCIL on FOREIGN RELATIONS. 04 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.cfr.org/article/illegal-fishing-global-threat-heres-how-combat-it>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

ANEXO A

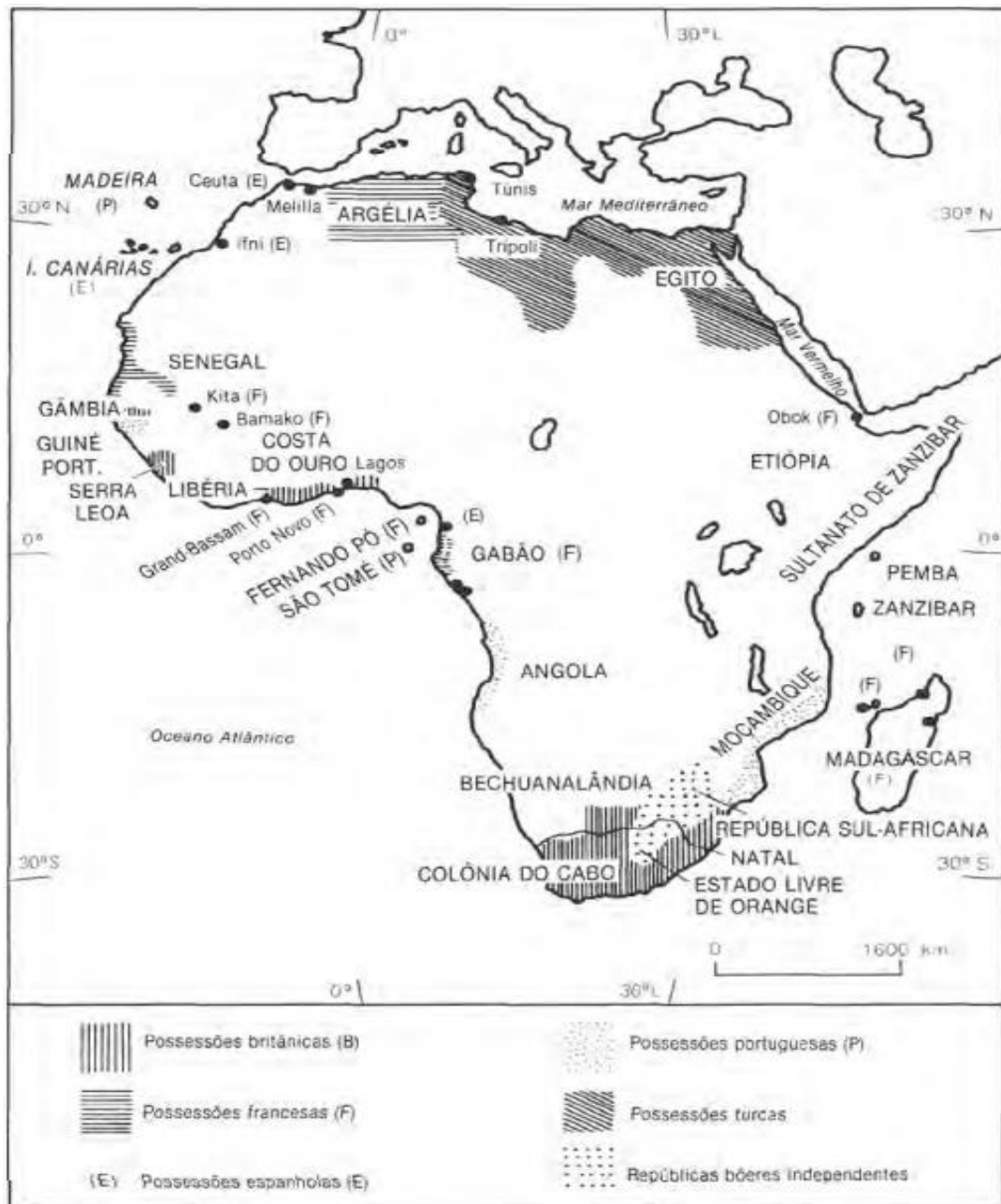


FIGURA 1 – África em 1880, em vésperas da Conferência de Berlim.

Fonte: BOAHEN, Albert Adu. *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935* / 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010. 1040 p.

Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000324.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2021.

ANEXO B



FIGURA 2 – Subdivisão da África em cinco grandes regiões.

Fonte: SOUSA, Rafaela. *África*. Brasil Escola UOL. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/africa-contidente.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

ANEXO C



FIGURA 3 – Áreas de Responsabilidade dos Comandos Combatentes dos EUA

Fonte: UNITED STATES DEPARTMENT OF DEFENSE.

Disponível em: <https://www.acq.osd.mil/dpap/pacc/cc/areas_of_responsibility.html>.
Acesso em: 14 abr.2021.

ANEXO D



FIGURA 4 – Imagem de Satélite das Bases dos EUA e China no Djibouti.

Fonte: <<https://news.usni.org/2021/04/20/africom-chinese-naval-base-in-africa-set-to-support-aircraft-carriers>>. Acesso em: 22 Mai. 2021.

ANEXO E

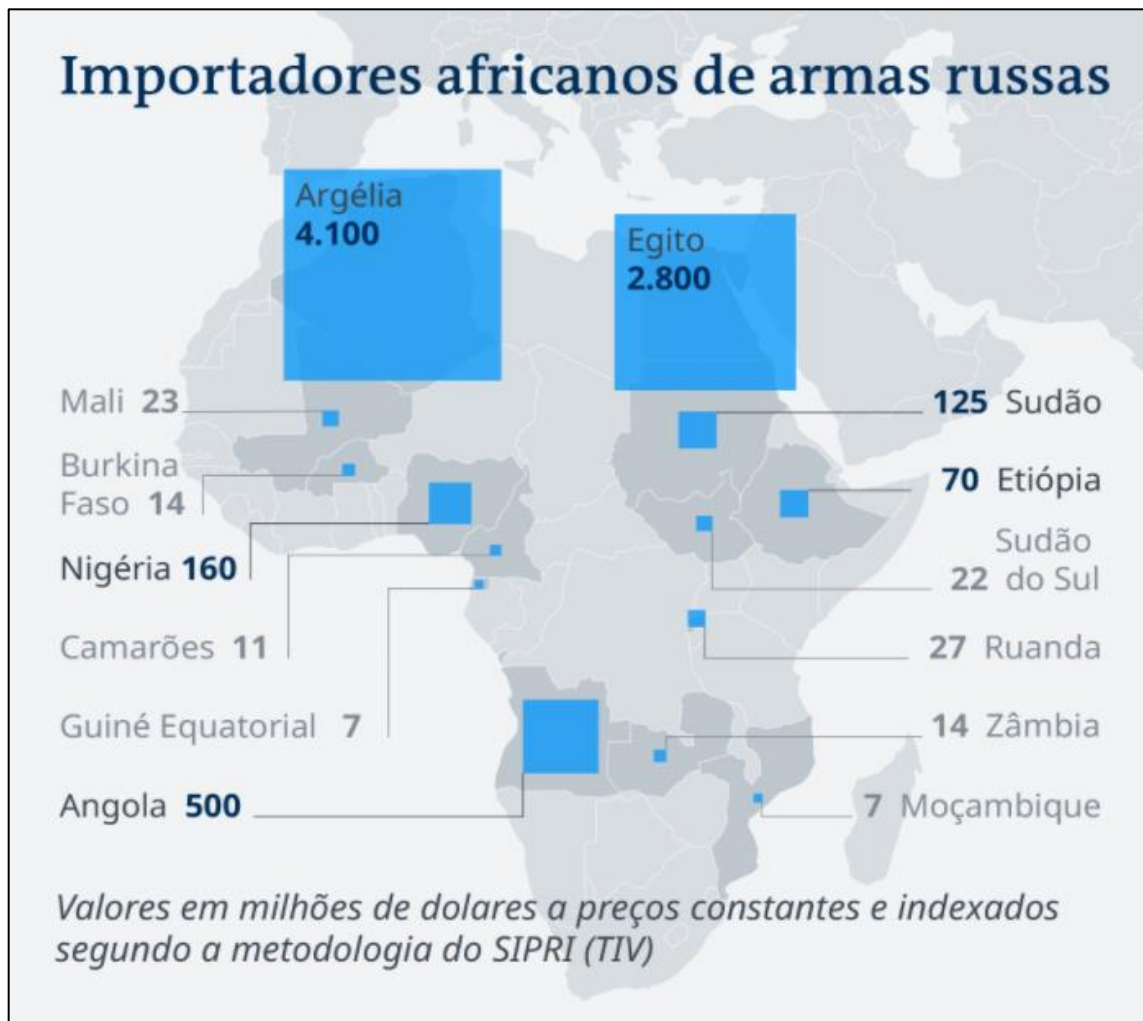


FIGURA 5 – Importadores africanos de armas russas.

Fonte: DW. Disponível em: < <https://www.dw.com/pt-002/exporta%C3%A7%C3%B5es-de-armas-para-%C3%A1frica-r%C3%BAssia-tem-estrat%C3%A9gia-de-longo-prazo/a-53659969>>. Acesso em: 17 jul. 2021.

ANEXO F



FIGURA 6 – Operações de Paz da ONU no continente africano em 2021.

Fonte: UNITED NATIONS 2021. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/where-we-operate>>. Acesso em: 22 Jun. 2021.

ANEXO G



FIGURA 7 – Países signatários da ZOPACAS.

Fonte: STRATFOR. Disponível em: https://www.stratfor.com/sites/default/files/styles/wv_small/public/south-atlantic-strategy-countries-t.png?itok=ngJifgBq. Acesso em: 01 Jul. 2021.